

JEAN CARLOS ANTÔNIO

Fortuna e Escravidão na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa
do Ribeirão através da análise do inventário de João Antonio da
Silva (1878)

ILHA DE SANTA CATARINA
JUNHO DE 2006

JEAN CARLOS ANTÔNIO

Fortuna e Escravidão na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do
Ribeirão através da análise do inventário de João Antonio da Silva
(1878)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de História, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de
Santa Catarina Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Beatriz
Gallotti Mamigonian.

ILHA DE SANTA CATARINA
JUNHO DE 2006

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso da graduação em história analisa um inventário de um negociante da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão na segunda metade do século XIX. Esta pesquisa que gira em torno da fortuna e escravidão através da análise de inventário, possibilita perceber alguns mecanismos existentes na Freguesia estudada. Um deles é o funcionamento do mercado de abastecimento local e a contribuição da produção agrícola da Freguesia para as exportações de Santa Catarina. Nesse intuito, poderemos verificar o emprego da mão de obra escrava principalmente na área rural. Sendo assim, pretendemos colaborar para uma revisada interpretação acerca da escravidão na Ilha de Santa Catarina.

Palavra chave: Escravidão, trabalho escravo, fortuna, Ribeirão, Ilha de Santa Catarina.

Agradecimentos

Chegando ao fim de mais uma etapa de minha longa caminhada, concluí o percurso que tinha proposto com esmero. Neste percurso de quatro anos e meio o que não faltam são histórias, alegrias, dúvidas e grandes amigos. São a essas pessoas que agradeço neste momento.

Agradeço principalmente a minha mãe e a meus padrinhos por tudo que me ensinaram e pelo conforto nas horas difíceis. Pelo carinho, confiança e principalmente pelo incentivo e apoio incondicional que tornaram possível meu ingresso e conclusão nessa importante etapa de minha vida.

Agradeço também a professora Beatriz Mamigonian, não só pela orientação, mas por toda a paciência e dedicação que foram imprescindíveis para a realização da presente pesquisa. Ao senhor Murilo do Arquivo do Fórum, obrigado por disponibilizar as fontes primárias necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

Não foi fácil fazer amigos e conquistar verdadeiras amizades, contudo, nesse grande universo eles não tardaram a aparecer, sendo assim, agradeço também aos grandes amigos que fiz na graduação. Jackson, Eduardo, Fábio Paulo, Rafaela, José, Lizi, Juliana: seremos amigos eternamente.

À Ana Paula que esteve comigo em todos os momentos, sempre me dando força, incentivos, lendo e relendo meus textos. Você é sem dúvida o melhor presente que eu ganhei nesse período.

A todos, muito obrigado. Vocês foram fundamentais nessa passagem pelo curso de História.

Sumário

Resumo.....	03
Agradecimentos.....	04
Sumário.....	05
Lista de Quadros.....	06
Introdução.....	07
Capítulo I – A escravidão na historiografia catarinense.....	11
Economia e escravidão na Ilha de Santa Catarina.....	16
Farinha de mandioca produção e cultivo.....	18
Capítulo II - João Antônio da Silva: Riquezas e formas de acúmulo.....	23
Riqueza e usura.....	34
Capítulo III - A mão de obra escrava na Ilha de Santa Catarina.....	40
O trabalho escravo no Ribeirão da Ilha.....	40
Considerações finais.....	53
Anexo.....	55
Fontes.....	67
Bibliografia.....	68

Lista de Quadros

Quadro 01 - Produtos exportados por Desterro (em alqueires).....	20
Quadro 02 - Relação completa dos móveis inventariados de João Antonio da Silva.....	27
Quadro 03 - Dívidas passivas de João Antonio da Silva.....	32
Quadro 04 - Distribuição de riqueza por ramo de investimento no inventario de João Antônio da Silva - 1878.....	33
Quadro 05 - Relação de devedores ao espólio do finado João Antonio da Silva-1978.....	35
Quadro 06 - Ocupações de escravos na Ilha de Santa Catarina – 1872.....	41
Quadro 07 - Relação de Escravos Inventariados – 1878.....	43
Quadro 08 - Relação de Escravos de João Antônio da Silva - 1843.....	50

Introdução

A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha situada na baía sul da Ilha de Santa Catarina, teve seus limites assim descritos no termo de visita do Pe. Agostinho Mendes dos Reis em 1811:

...Tem o Patrimônio de quarenta braças de terra de frente com sessenta de fundos contígua mesma Matriz Tem de Extensão para o Norte légua e meia até a Ponta de Caicanga Mirim e parte Com a Freguesia da Villa de Nossa Senhora do Desterro. Para o Sul duas Léguas te a Ponte dos Naufragados da Barra do sul. Para o Nascente duas Léguas até o mar grosso onde também se divide com a Freguesia dita de Nossa Sñ^a do Desterro. Para o Poente se divide com a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada do Brito no mar pacifico que está imediato entre ambas.¹

Esta freguesia recebeu casais vindos das Ilhas dos Açores que vieram para povoar o litoral sul do Brasil em meados do século XVIII. A vinda deles deu-se por conta da ameaça de invasão da coroa espanhola. Acreditava-se que uma maior ocupação na Ilha facilitaria a defesa da região.

Com a economia voltada para a agricultura, os colonos plantavam mandioca, cana, milho, feijão e café. Muitos desses produtos eram processados em engenhos artesanais. A mão de obra escrava chega à Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, porém, em número reduzido, juntamente com as famílias portuguesas para os mais diversos tipos de arranjo de trabalho inclusive compulsório. Entre os trabalhos mais comuns estavam a

¹ Documentos sobre Santa Catarina: visita de 1811: in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina 3ª fase, 1: 91-99, II sem., 1979. Apud. LUZ, Sergio Ribeiro da. Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população : 1810-1930. 1994. 257f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

lavou e o serviço doméstico.² A freguesia possuía em 1820 um total de 1828 habitantes, destes 582 escravos, ou seja, 31,8% do total.³ Segundo Sergio Luz, a freguesia do Ribeirão teve o maior percentual de escravos na população total, entre todas as freguesias da Ilha de Santa Catarina durante quase todo o século XIX.⁴

Por acreditamos que a escravidão na Ilha de Santa Catarina ia além das idéias mencionadas nos livros de autores como Walter Piazza e Oswaldo Cabral decidimos trabalhar a questão da fortuna e escravidão na Ilha, e mais especificamente na Freguesia do Ribeirão da Ilha. A história econômica do litoral catarinense é vista por esses autores como sendo uma economia periférica de subsistência. A mão de obra escrava nas áreas rurais da Ilha praticamente não existia segundo eles, e predominava o trabalho doméstico como principal serviço exercido pelos povos cativos. Sabemos que tais historiadores deram sua contribuição para a historiografia catarinense, não é nossa idéia aqui minimiza-los.

Entretanto, em contato com bibliografias mais recentes, percebemos como era distorcida essa interpretação da escravidão na Ilha de Santa Catarina. As relações de trabalho, o fator econômico ia muito além do que a historiografia local trazia. Isto despertou um grande interesse e vontade de aprender mais.

Sendo assim, à luz da nova historiografia sobre escravidão, podemos levantar uma série de questionamentos sobre fortuna e escravidão na Ilha e especificamente no Ribeirão. Estudar a forma de produção e acúmulo da riqueza em uma pequena comunidade litorânea; analisar o emprego da mão de obra escrava principalmente na área rural e se era a única empregada nas propriedades de João Antonio da Silva; verificar outros meios de acúmulo

² LUZ, Sergio Ribeiro da. Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população : 1810-1930. 1994. 257f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. p. IV

³ Idem, p. 52

⁴ Idem, p. 78

de renda que se desenvolviam no período; compreender como funcionava o mercado de abastecimento local e a contribuição da produção agrícola da Freguesia do Ribeirão da Ilha para as exportações de Santa Catarina.

Para responder essas questões utilizamos um inventário *post-mortem*. Esta fonte data de 1878 e o inventariado é João Antônio da Silva, que era residente da freguesia do Ribeirão.⁵ Acreditamos que esta fonte primária do Ribeirão da Ilha permitirá iluminar o segmento da população rural que possuía terras e escravos. O inventário nos fornece informações valiosíssimas não só sobre a fortuna de João Antônio da Silva, mas também nos traz percepções sobre as relações sociais entre senhores e cativos. Além disso, trabalhos recentes acerca de fortuna e estrutura de posse escrava em áreas rurais ligadas a economia de abastecimento nos servirão de base para discussão dos dados do Ribeirão.

No primeiro capítulo procuramos apresentar uma síntese da historiografia sobre escravidão na Ilha de Santa Catarina, através dos trabalhos da década de 1970 para cá. Para tanto, utilizaremos autores que trazem em seus trabalhos novas abordagens sobre escravidão. Juntamente a esta discussão historiográfica, analisamos as atividades econômicas de Desterro, a importância da mandioca e do comércio local para a riqueza da região.

Em seguida, inspirado em um dos capítulos do livro “O Resgate: uma janela para o oitocentos”⁶, analisamos a questão do acúmulo da fortuna, através do inventário de João Antônio da Silva. O que se busca aqui é identificar como esse grande proprietário de terras e escravos fazia seus investimentos e aplicações aumentando assim sua fortuna.

⁵ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. Arquivo do Fórum da Capital em Florianópolis.

⁶ FRAGOSO, J., RIOS, A.M.L. Um empresário brasileiro no oitocentos. In: CASTRO, H., SCHNOOR, E. (Orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 197-224, 1995.

Por fim, mas não menos importante, no terceiro capítulo procuramos trabalhar com a questão da estrutura de posse escrava. Para isso, pretendemos fazer um levantamento de escravos do plantel de João Antonio da Silva, a fim de identificar suas origens, sexo, idade, atividade desenvolvida e contrastar com outras propriedades escravas no Ribeirão da Ilha e na Ilha de Santa Catarina.

Sendo assim, através desse trabalho de conclusão de curso pretendemos colaborar para os diversos estudos que abrangem o trabalho escravo na Ilha de Santa Catarina, que até pouco tempo atrás, era completamente desconhecidos.

Capítulo I

A escravidão na historiografia catarinense

Neste capítulo pretendemos versar brevemente sobre a historiografia catarinense acerca da escravidão a fim de que possamos identificar e mostrar ao leitor os paradigmas que a envolvem.

Sem dúvida, durante longas décadas, a historiografia de Santa Catarina privilegiou as populações européias que aqui chegaram, minimizando a existência de outras etnias. A presença negra não foi devidamente estudada e divulgada como aconteceu com a presença européia. Autores catarinenses como Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Fernando Piazza são ilustres representantes da historiografia de Santa Catarina. Estes autores não pertencem a uma mesma geração; para ser preciso vinte e dois anos os separam, contudo, ambos podem ser considerados historiadores com pretensão enciclopedista. Isso porque, suas obras procuram abranger todos os conhecimentos e saberes da história de Santa Catarina. Sendo assim, podemos denominá-los como autores regionalistas. Segundo Dallabrida, estes autores permanecem numa perspectiva tradicional, enfatizando fatos políticos, administrativos, destacando nomes de pessoas ilustres. E em seus textos os sujeitos “subalternos” não são abordados, como mulheres, negros, trabalhadores e os índios.⁷ Para Piazza, a economia da Província de Santa Catarina teve pequena ressonância no cenário nacional e, somente após 1850, com uma mais intensa imigração de grupos europeus, que começa uma produção artesanal. “Fica, pois, demonstrado que durante o período em que

⁷ DALLABRIDA, Norberto. A Historiografia catarinense e a obra de Américo Costa Souto. In: Revista Catarinense de Historia. Nº 4. Florianópolis. Ed. Insular. 1996. p. 10.

vigiu a escravidão tínhamos uma economia periférica”.⁸ Ainda segundo o autor, houve após 1857 um decréscimo gradativo da escravidão em Santa Catarina, por motivo da imigração. E antes mesmo de 13 de Maio de 1888, já não existia população escrava em muitas freguesias, inclusive no Ribeirão da Ilha.⁹

A partir da década de 90, começaram a surgir novos trabalhos sobre o tema da herança escravista em Santa Catarina. Estas pesquisas trazem uma revisão em torno do que já havia sido escrito. Um dos primeiros trabalhos que trouxeram essa revisão foi organizado por Ilka Boaventura Leite¹⁰, que levantou uma série de questionamentos em torno da ausência do elemento negro na historiografia catarinense.

“A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações (...) o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade”¹¹.

Em seu texto, Leite atenta que a historiografia catarinense aborda o negro e a escravidão como pouco importantes na análise comparativa entre a região sul e outras partes do país. Evidentemente estas comparações distorcem a presença negra em Santa Catarina acarretando a falta de interesse de pesquisadores em trabalhar as especificidades das relações entre senhores e escravos nesta região.¹²

⁸ PIAZZA, Walter F. A escravidão negra numa província periférica. Florianópolis: Garapuvu, 1999. p. 8

⁹ Idem, p. 14 e 27.

¹⁰ LEITE, Ilka Boaventura. Negros no sul do Brasil : invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996.

¹¹ Idem, p. 41. Apud. PENNA, Clemente Gentil. Escravidão, Liberdade e os Arranjos de Trabalho na Ilha de Santa Catarina nas Últimas Décadas de Escravidão (1850-1888). Florianópolis, 2005. 137f. Dissertação (Mestrado) – UFSC

De modo a reverter esse quadro histórico da análise escravista, historiadores têm se voltado para a pesquisa de diferentes variáveis, relacionadas ao trabalho, à vida e às relações sociais na escravidão no Brasil. Novas tendências historiográficas vêm se esforçando para superar antigos modelos cristalizados. Sendo assim, surgem novos olhares sobre escravidão, fortuna e cultura material. Com isso, as fontes manuscritas passam a responder novas perguntas. Essa renovação historiográfica aconteceu principalmente após 1980, e segundo Silvia Lara, ela se deu através de diversas teses defendidas sobre o tema de escravidão e da abolição. Esses trabalhos tinham um diferencial dos trabalhos anteriores: eles se destacavam pelos seus pressupostos e por seus procedimentos, sobretudo pela forma de questionamento que empreendiam em relação a posições teóricas e linhas explicativas defendidas por diversos estudiosos dos anos 60 e 70.¹³

Barickman, em seu livro “Um contraponto baiano” destaca-se por essa visão diferenciada. Nele, o autor procura investigar a utilização da mão-de-obra escrava no meio rural brasileiro além dos limites da *plantation*, entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Ele procura analisar outras formas de agricultura escravista, associadas a um vigoroso mercado local, que impulsionavam a economia de exportação no Recôncavo baiano.¹⁴

¹² PENNA, Clemente Gentil. Escravidão, Liberdade e os Arranjos de Trabalho na Ilha de Santa Catarina nas Últimas Décadas de Escravidão (1850-1888). Florianópolis, 2005. p. 02.

¹³ LARA, S. H. Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico. In: Revista de História – LPH. São Paulo. N. 1, V. 3. 1992. p. 217.

¹⁴ BARICKMAN, J. B. Um Contra Ponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo baiano, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 28.

Sendo assim, o autor propõe contestar:

No caso da Bahia, proposições mais antigas, e agora bastante desacreditadas, segundo as quais as cidades, por serem pequenas e poucas, eram incapazes de estimular uma demanda substancial de mercadorias produzidas localmente no Brasil colonial e oitocentista. Significa também reexaminar generalizações mais amplas que parte da historiografia recente continua a sustentar e que, na verdade, muitas vezes não passam de simples conjecturas. Entre elas está a idéia de que não existia praticamente nenhum mercado rural no Brasil, porque os grandes proprietários produziam em suas terras a maior parte dos alimentos de que necessitavam para si mesmos, suas famílias e seus escravos.¹⁵

Além disso, Barickman demonstra que a produção de alimentos era feita sobretudo em pequenas e médias propriedades, as quais utilizavam mão de obra cativa. A posse escrava e o tamanho destes plantéis apesar de ser reduzida se comparada à indústria do açúcar, foi bastante consistente ao longo de todo o período por ele analisado. Isto demonstra, segundo ele, o peso que a produção de farinha de mandioca exerceu na economia local. Sendo assim, as idéias de Barickman podem ser aproveitadas para a análise da economia da Ilha de Santa Catarina no século XIX que até agora foi considerada uma região de subsistência e economicamente pobre. E ainda, pelo destaque ao papel fundamental exercido pela farinha de mandioca na economia de abastecimento. Assim como no Recôncavo baiano, em Santa Catarina a farinha de mandioca teve na força do trabalho escravo a sua mão de obra de base, e com ela como alimento fundamental, contribuiu para a agricultura de exportação.

José Augusto Leandro é outro autor da nova geração cujo trabalho contribuiu para esta pesquisa. Em sua tese de doutorado “Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá 1850 – 1888”, discute riqueza e pobreza em uma comarca litorânea e portuária do Brasil Meridional, Paranaguá. Leandro traz em sua pesquisa um levantamento de inventários *post-mortem* onde analisa fortuna, juntamente com a posse de escravos na comarca de Paranaguá. Segundo o autor, os que possuíam maiores fortunas eram aqueles que se dedicavam ao comércio. Estas pessoas possuíam uma lista “infundável” de bens, entre eles muitos cativos¹⁶.

Na dissertação denominada “Escravidão, Liberdade e os Arranjos de Trabalho na Ilha de Santa Catarina nas Últimas Décadas da Escravidão (1850-1888)”, Clemente Gentil Penna trata da economia e do trabalho escravo na Ilha de Santa Catarina. Penna analisa autores que se detiveram na compreensão da economia na Província de Santa Catarina. Explica que a chegada dos açorianos na segunda metade do século XVIII colaborou para o desenvolvimento de uma produção agrícola baseada na pequena propriedade. O principal gênero cultivado por estes agricultores foi a farinha de mandioca, item fundamental na alimentação. Foi este produto alimentício que ajudou a impulsionar a economia local. Ainda segundo o autor, foram principalmente as pequenas propriedades de produção agrícola que utilizavam de trabalho escravo na Ilha, pois tinham produção voltada para o abastecimento do mercado interno e local. Além disso, o autor baseia-se na análise de uma série de inventários *post-mortem* dando-nos a possibilidade de fartas comparações. Esta análise feita pelo autor, consiste na década de 1880 para o conjunto das freguesias da Ilha

¹⁵ Idem, p. 29.

¹⁶ LEANDRO, José Augusto. Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá - 1850-1888. Florianópolis, 2003. 338 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

de Santa Catarina. O número de escravos encontrados no levantamento de Penna nos inventários analisados atinge o índice de 18%. Dos 77 inventários pesquisados pelo autor com presença cativa, 45 eram provenientes de zonas rurais. Para a década de 1880, nos 45 inventários onde continha a presença cativa em zonas rurais, prevalece em 50% dos inventários analisados a presença de 1 cativo por propriedade¹⁷. É importante ressaltar que nessa década a escravidão estava em desintegração.

Esses e outros trabalhos têm ajudado a historiografia catarinense a ampliar seu horizonte e vêm contribuindo no sentido de pôr fim na cristalização da população negra na sociedade escravocrata de Santa Catarina.

Economia e escravidão na Ilha de Santa Catarina.

A Ilha de Santa Catarina possuía oito freguesias, sendo que a de Desterro era a maior e localizava-se no estreito onde a Ilha encontrava-se mais próxima ao continente. Ali funcionavam o porto e as atividades administrativas da capital da Província. As demais freguesias da ilha eram rurais.

Os principais gêneros alimentícios cultivados nas diversas freguesias, e mencionados por diversos autores, incluíam: milho, arroz, algodão, cana de açúcar, feijão, legumes e farinha. A farinha era o principal produto cultivado e o principal produto de exportação da Província, principalmente para o Rio de Janeiro. O pescado também tinha grande importância no ciclo alimentar, podendo inclusive auxiliar na renda familiar, mas se restringia ao mercado local.

¹⁷ PENNA, op. cit., p. 41.

Segundo a visão corrente na historiografia catarinense e compartilhada por Hubener, a Ilha de Santa Catarina estava voltada para atividades predominantemente agrícolas de subsistência. E ainda, “a ilha e a costa catarinense foram povoadas em função das necessidades estratégicas da Coroa Portuguesa e não em função de objetivos econômicos”.¹⁸ Sobre os interesses da Coroa em ocupar a região a autora conclui:

O interesse pela região, por parte da Coroa portuguesa, tornou-se bastante nítida no século XVIII. Servia de ponto de apoio à conquista, contribuindo para a fixação de portugueses à margem esquerda do Rio da Prata. A cobiça pela região fundamentou-se em dois fatores: o interesse político de expansão em direção ao Prata e o interesse econômico na pecuária do Rio Grande do Sul.¹⁹

Por esse motivo, pouca importância se deu na historiografia à economia catarinense do século XIX. Efetivamente, esta economia não era uma economia de exportação, centrada nos grandes engenhos e em fazendas plantacionistas, onde a mão de obra escrava era utilizada em larga escala. Mas, tampouco esteve longe de ser uma economia pouco dinâmica e sem qualquer expressão, conforme muitos historiadores afirmaram ao longo dos anos. Estes autores afirmam que não havia disponibilidade de recursos para poder-se investir em mão de obra escrava, já que os produtores catarinenses não estavam ligados ao comércio exportador, exceto quando havia escassez de produtos. Isto levou Santa Catarina a ser rotulada como uma economia escravista voltada para o serviço doméstico e urbano.

¹⁸ HUBENER, Laura Machado. O comércio da cidade do Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981. p. 15.

¹⁹ Idem, p. 15

Contudo, segundo Hubener, durante a década de 1860 o volume de exportação da Província cresceu de forma constante. O aumento do volume de exportação da farinha foi resultante de um aumento em sua produção. Segundo a autora, isso teria acontecido pela grande demanda de gêneros alimentícios acarretado pela Guerra do Paraguai na segunda metade do século²⁰. Sendo assim, acreditamos que Santa Catarina, assim como outras regiões da Província beneficiaram-se do cenário favorável do mercado e incrementaram sua produção e economia.

Farinha de mandioca produção e cultivo

A mandioca representava o principal gênero alimentício e de exportação produzido na Ilha de Santa Catarina no decorrer do século XIX. Tem como característica a facilidade de adaptar-se a quase todo tipo de solo. Contudo, no litoral era freqüentemente plantada em solo arenoso. Laura Hubener, assim define o cultivo da mandioca na Ilha:

Para o trato da terra utilizavam o sistema de coivara ou queimada, para logo após revolvê-la com o auxílio da enxada. Sem a aplicação de qualquer outro tipo de adubo, a terra era, em geral, preparada entre os meses de maio e julho, reservando agosto para o início do plantio. Da colheita do ano anterior eram retiradas e guardadas mudas que deveriam medir cerca de 30 a 50 cm. de comprimento e plantadas isoladamente. O cultivo da mandioca era relativamente fácil, pois exigia os mínimos cuidados; raramente era acometida de doenças ou pragas. Sua colheita era efetuada após um período de dois anos e geralmente no mês de abril.²¹

²⁰ Idem, p. 94

²¹ Idem, p. 78

A transformação da mandioca em farinha ocorria através de processos bem específicos. Geralmente, a qualidade do produto final estava diretamente ligada aos utensílios disponíveis no interior das casas de fabricar farinha ou engenhos de farinha. No litoral catarinense o processo acontecia da seguinte maneira:

A raiz da mandioca transportada para o engenho era ralada e sevada, transformando-se numa massa. Numa espécie de prensa, geralmente manual, aquela massa passava a ser bem espremida, da qual era extraído o ácido cianídrico. A seguir a massa prensada era peneirada à mão, deixando um resíduo que servia para a alimentação de animais. A farinha logo depois de seca era levada ao forno para ser torrada. A “farinhada”, elaboração do produto, em geral ocorria de maio a agosto.²²

Sabemos que a farinha de mandioca no século XIX figurou como a principal fonte de carboidratos e calorias. Este alimento estava presente tanto na dieta da população urbana quanto na alimentação da população rural, incluindo-se aí os escravos. A forma mais comum da farinha era a seca, e esta era beneficiada da nos termos citado acima.

A importância da farinha de mandioca é inegável no litoral catarinense ao longo do século XIX. Nesse sentido podemos comparar com o que Barickman identificou para o Recôncavo Baiano no período 1780-1860.

A importância da farinha de mandioca é, pois, indiscutível. Presente tanto nas mesas dos ricos, como nas dos pobres, e nas cuias e baldes que os escravos usavam à falta de pratos, constituía a base da dieta comum. Era, portanto, um produto com um mercado local potencialmente grande.²³

²² Idem, p. 78

²³ BARICKMAN, op. cit., p. 96.

O autor observa ainda que a farinha de mandioca sozinha ocupava 88% do Celeiro Público de Salvador entre 1785 e 1851 e+ que, os baianos que podiam comprar o produto consumiam diariamente 567 gramas aproximadamente de farinha.²⁴ Com isso, Barickman demonstra que houve sim, produção de alimentos de primeira necessidade em pequenas e médias propriedades do Recôncavo. Barickman observa ainda que nessas propriedades eram utilizada mão de obra cativa, contrariando assim antigas visões.

Em Santa Catarina a farinha de mandioca exerceu papel fundamental na economia da região. Alguns autores chegam a afirmar que, em determinados momentos, Santa Catarina figurava como maior produtora de farinha do país. Exageros à parte, isso pode ter acontecido, provavelmente, em fases específicas, em que houve necessidade de outras regiões do país em importar o produto catarinense. Estas regiões concentravam-se na exportação de outros produtos como açúcar e café, precisando, assim, obter alimentos de primeira necessidade, principalmente para seus cativos. Isto explicaria o aumento nas exportações catarinenses durante a década de 1850 apontadas por Hubener.

QUADRO 1 – Produtos exportados por Desterro (em alqueires)

TRIÊNIO	FARINHA	MILHO	FEIJÃO
1851-54	358.958	15.928	15.145
1854-57	430.035	27.064	23.106
1857-60	546.937	67.674	20.965

FONTE: FPP²⁵. 1861. Apud. HUBENER, p.80

²⁴ Idem, p. 91

²⁵ FPP: falas dos Presidentes da Província.

Segundo Barickman, a grande procura pela farinha de mandioca no Recôncavo fez com que o produto ganhasse amplo mercado, fazendo que vários produtores aumentassem sua renda com a produção de farinha. E ainda segundo o autor, a mão de obra escrava estava diretamente envolvida na produção de farinha em propriedades médias e pequenas com plantéis inferiores a cinco cativos.²⁶ Segundo Hubener, isto não teria acontecido em Santa Catarina, ou teria acontecido de forma minimizada, pois segundo a autora, quem tocava a produção do engenho eram os próprios familiares do produtor.²⁷ A autora completa:

Pela análise de alguns inventários observamos que os proprietários de engenhos utilizavam uma quantidade diminuta de escravos na produção da farinha. O engenho era um bem da família e grande parte do trabalho era efetuado pela própria família do produtor.²⁸

No entanto, novos estudos têm revelado que a utilização de cativos na produção de gêneros alimentícios em pequenas e médias propriedades da Ilha de Santa Catarina foi efetiva. Para tanto, podemos citar o caso da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha. Segundo o censo de 1843 dos 364 fogos existentes, 40% contavam com mão de obra cativa. Entre os proprietários, 76% possuíam entre 1 e 5 cativos, enquanto apenas 7,5% possuíam mais de dez cativos. A economia da região girava em torno da lavoura, que tinha como seu principal produto a farinha de mandioca e outros gêneros

²⁶ Idem, p. 237-42

²⁷ HUBENER, op. cit., p. 78

²⁸ Idem, p. 78

alimentícios. Esses produtos eram destinados ao abastecimento do mercado interno nacional.²⁹

Para consolidar ainda mais essa informação, Fragoso nos conta em seu livro “Homens de Grossa Aventura” que a colônia nutria-se de outros mercados para obter alimentos de primeira necessidade. E que Santa Catarina atuava nesse mercado através da farinha de mandioca.³⁰ Isto nos leva a crer que grande parte da riqueza e da fortuna da região litorânea estava ligada as atividades de abastecimento do mercado interno nacional.

Não podemos acreditar que só onde houve plantation escravista e exportadora, houvesse desenvolvimento econômico. As outras regiões do país atuaram como peças vitais ao funcionamento e manutenção da estrutura socioeconômica do país.

Ainda podemos detectar que a visão plantacionista predominou durante muito tempo na historiografia brasileira, impregnando também interpretações envolvendo a economia regional e principalmente a questão da utilização da mão de obra escrava.

Também podemos constatar que Santa Catarina assemelhou-se a outras regiões do país que se envolveram no mercado de gêneros alimentícios através de pequenas e médias propriedades produzindo gêneros com trabalho escravo. Se a economia do litoral catarinense não teve a grande magnitude das outras regiões do país, tão pouco pode ser excluída do cenário nacional.

²⁹ ZIMMERMAN, Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX. Relatório Final PIBIC CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004. Apud. PENNA, Clemente, p. 40

³⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 105

Capítulo II

João Antônio da Silva: Riqueza e formas de acúmulo

João Antônio da Silva natural de Santa Catarina morador da Freguesia da Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, faleceu no dia 25 de Dezembro de 1877³¹. Sua primeira esposa foi Ludovina Roza. Tinha, como seus herdeiros do primeiro matrimônio nada menos que 11 filhos, destes 4 falecidos, que foram representados na partilha por 13 filhos, netos de João Antônio da Silva. Do segundo matrimônio, João Antônio da Silva deixou além da viúva, Dona Maria Antônia de Campos, mais 3 filhos. O mais velho do primeiro matrimônio era Ignácio Antônio da Silva, 62 anos, casado, residente no Ribeirão. A mais nova filha do segundo matrimônio era Francisca Antonia da Silva, 13 anos, solteira, morava com os pais também no Ribeirão. Em 1843 João Antônio da Silva tinha 48 anos, ao morrer provavelmente estaria com 82 anos de idade.

Este homem ao que tudo indica, foi um exímio negociante. Provavelmente João Antônio da Silva, não perdia as oportunidades que ocorriam ao seu redor. O inventário do nosso proprietário não nos deixa mentir, é a prova irrefutável da grande habilidade de João Antônio da Silva para os negócios e conseqüente acúmulo de riquezas. É possível que João Antônio da Silva tenha sido um dos homens mais ricos do litoral catarinense durante o segundo quartel do século XIX.

Somente pelo fato de um indivíduo ter deixado inventário já o deixa em uma situação de afortunado ou minimamente afortunado diante dos seus contemporâneos. Kátia Mattoso, por exemplo, em pesquisa sobre a Bahia no século XIX, demonstrou que ali

somente cerca de 5% da população deixava bens dignos de ser inventariados.³² A autora continua explicando que, “somente a partir da faixa patrimonial de 10 contos e 100 mil réis um baiano poderia, dependendo de sua estrutura familiar e de suas dívidas, ser enquadrado como um indivíduo rico”.³³

Nas primeiras folhas do inventário de João Antônio da Silva já podemos detectar a importância e a fortuna que possuía esse grande proprietário. Sem dúvida não era qualquer pessoa que ao morrer deixava para a Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão a quantia de 100 mil réis. Tão pouco, deixava para dar de esmola aos pobres no dia de seu falecimento a quantia de 50 mil réis. E ainda, deixa de esmola a quantia de 100 mil réis, a Aguida uma ex-escrava.³⁴

Não podemos detectar o início da trajetória de João Antônio da Silva no seu longo caminho de acúmulo de riquezas. Mas, podemos imaginar que ele veio de alguma família influente da região ou que teria sido beneficiado por recebimento de herança a qual teria direito. Contudo, segundo a matrícula do Ribeirão de 1843, identificamos João Antônio da Silva, residindo no 5º quarteirão da Freguesia do Ribeirão na casa nº 149. Consta ainda nessa matrícula que sua profissão já era de negociante.

Leandro tal, ao trabalhar com a questão dos afortunados coloca como sendo os mais ricos de Paranaguá os proprietários negociantes e os proprietários fazendeiros. O que os distinguia era o fato dos negociantes residirem permanentemente na cidade; por sua vez, os fazendeiros que também eram negociantes, mas em menor escala, residiam, a maior parte do tempo, em área rural. Os proprietários negociantes dedicavam-se ao comércio de grosso

³¹ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878.

³² MATTOSO, Kátia. Bahia, século XIX. Uma província n Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. P. 605. Apud. LEANDRO, p. 124

³³ Idem, p. 124

³⁴ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878.

trato, ou seja, tinham negócios envolvendo grandes somas de capital e operavam em vários lugares. E ainda, possuíam um vasto rol de imóveis urbanos, algumas embarcações e uma expressiva escravaria³⁵.

Não podemos afirmar que João Antônio da Silva fazia o comércio de grosso trato, pois estes comerciantes operavam em regiões diferentes. Porém, não podemos desconsiderar o grande número de imóveis urbanos, terras, embarcações e escravos que possuía João Antônio da Silva. Sendo assim, é provável que nosso inventariado tenha sido um proprietário fazendeiro, e também era negociante. João Antônio da Silva provavelmente arrendava suas terras em troca de uma parte da produção e comprava o restante da produção dos pequenos produtores do Ribeirão e arredores para comercializar em Desterro já que possuía meios para o beneficiamento e transporte.

É importante mencionar que a classificação da propriedade da terra variava, segundo o olhar do avaliador, entre sítios, fazendas, terrenos, terras e braças. Já a extensão da terra era dada em braças. Uma braça correspondia a 2,2 metros e seu valor estava condicionado ao local que as terras se localizavam. Além disso, os inventários citam apenas a denominação “braça”, e, por isso, não sabemos com toda certeza se ela era calculada em metros lineares ou quadrados. Todavia, acreditamos que esta última era a medida freqüentemente utilizada na época.³⁶

Começamos então a revelar a riqueza diversificada de nosso inventariado nos mais diversos campos: nas propriedades rurais com escravos, nas casas urbanas, na propriedade de embarcações e nas extensões de terras.

³⁵ LEANDRO, op. cit., p. 82.

³⁶ Idem, p. 160.

Na esfera rural foram detectados quatro sítios pertencentes a João Antônio da Silva. Estes sítios não estão nomeados, exceto o segundo denominado vivenda, sendo talvez a moradia do proprietário. O primeiro localiza-se na Freguesia do Ribeirão e possuía a extensão de 40 braças de terra. No inventário, anotou-se ainda que nela estavam contidos: uma casa, com paredes de pedra e cal coberta de telhas e com esteio de madeira assoalhada, com quatro janelas na frente e entrada pelo lado. O conjunto valia 1 conto e 998 mil réis. O segundo, também no Ribeirão, denominado vivenda possuía 51 braças de terra. Neste, havia uma casa com as mesmas características da primeira. O conjunto valia 2 contos e 935 mil réis. O terceiro e o quarto sítio possuíam juntos 282 braças de terra. Um principiava no lugar denominado Barreiros e valia 1 conto e 32 mil réis. O outro, localiza-se no Ribeirão, e nele estava contido uma casa de tijolo coberta de telhas, com quatro janelas de frente. Valia 1 conto e 370 mil réis³⁷.

Tanto nos sítios do Ribeirão quanto no de Barreiros produzia-se farinha de mandioca. No sítio de Barreiros também produzia-se aguardente e açúcar, pois, neste local havia um engenho assim descrito: “Uma casa de engenho, coberta de telhas, contendo um engenho de farinha e um de açúcar, dois fornos de cobre grande, três caixas e oito formas de madeira (pertencentes ao engenho de cana), um forno pertencente ao engenho de farinha, um paiol, uma roda de carro e uma roda de carretão”. No conjunto de sítios foram detectados cinco engenhos sendo que, no segundo sítio, havia uma pequena casa onde “assistem os escravos”, ou seja, a senzala. Como esta casa a qual denominamos senzala foi a única a parecer no inventário, podemos imaginar que nas outras propriedades,

³⁷ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folhas, 40 a 46.

principalmente onde havia engenhos, estes fossem usados como alojamento para os cativos, ou que dormissem nos porões das próprias casas.

No interior das propriedades inventariadas os itens eram listados, e todas as moradias eram cobertas de telhas. Não temos maiores informações sobre a ocupação das casas inventariadas, se eram alugadas ou serviam como ponto de comércio. A relação da mobília de João Antônio da Silva pode ser considerada expressiva e um tanto diversificada. Nela constavam 12 cadeiras com assento de palhinha, 1 mesa redonda de sala, 2 bancas de sala, 1 sofá, 4 marquesas sendo uma de casal, 1 cama, 9 cadeiras com assento de pau, 12 cadeiras a americana, 2 mesas com gaveta pequenas, 1 cômoda com quatro gavetas, 2 baús de couro, um relógio de sala, um par de vasos, quatro mangas de vidro, dois pares de castiçais, um espelho, três tachos, um pequeno e dois grandes, dois carros ferrados, um carretão, um caldeirão de forno e algumas panelas.³⁸ Todos esses móveis estavam localizados somente no sítio da residência, onde provavelmente residia João Antônio da Silva.

QUADRO 2 – Relação completa dos móveis inventariados no sítio da residência de João Antonio da Silva – 1878

QUANTIDADE	UTENSÍLIO	VALOR
12	cadeiras com assento de palhinha	36 mil réis
1	mesa redonda de sala	15 mil réis
2	bancas de sala	30 mil réis
1	sofá	15 mil réis
4	mangas de vidro	12 mil réis
2	par de vasos	7 mil réis
1	relógio de sala	12 mil réis
2	espevitadeira	4 mil réis
6	marquesas	41 mil réis
3	camas sendo 1 de armação	16 mil réis
9	cadeiras	5 mil réis
12	cadeiras americanas	16 mil réis

³⁸ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folhas 53 e 54

2	mesas com gavetas	10 mil réis
1	cômoda com 4 gavetas	30 mil réis
1	espelho	2 mil réis
3	baú coberto de couro	15 mil réis
3	tacho de cobre	18 mil réis
4	carro ferrado	75 mil réis
1	carretão ferrado	14 mil réis
1	caldeirão de forno	1.600 réis
1	panela de ferro esmaltada de louça	3 mil réis
2	panelas de ferro	2 mil réis
12	garfos e facas de cabo de marfim	5 mil réis
1	cômoda com 3 gavetas	40 mil réis
3	mesas sendo 1 de jantar	22 mil réis
15	cadeiras americanas	22 mil réis
1	caixa grande de cedro	3 mil réis
1	armário	3 mil réis
1	pilão com mão	1.500 réis

Fonte: Inventário post-mortem de João Antonio da Silva

Pelo quadro acima sabemos que o valor dos móveis e objetos inventariados no espólio de João Antônio da Silva totalizavam pouco mais de 490 mil réis. Certamente, outras mobílias e utensílios ali deveriam existir, mas devem ter sido partilhados entre os herdeiros de forma espontânea antes da avaliação dos recenseadores. Havia ainda no inventário, uma segunda lista de móveis com aproximadamente 23 itens semelhantes ao do sítio da residência. Não sabemos de onde eram esses móveis, mas deveriam compor o ambiente de alguma das outras propriedades de João Antônio da Silva.

Para a comarca de Paranaguá, Leandro detectou que a mobília dos ricos era listada com certa minúcia. Os objetos e móveis mencionados no inventário de Dona Maria da Purificação Ribas, esposa de um dos poucos bem afortunados da comarca, nos mostra os seguintes itens: três dúzias de cadeiras de jacarandá, duas dúzias de cadeiras de palhinha, duas mesas usadas, um sofá de jacarandá, dois sofás de vinhático, uma mesa de jogo, uma mesa de costura, um toucador, um lavatório de araribá, duas cômodas, um roupeiro de

cedro, cinco marquesas, duas marquesas de armação, um espelho grande e dois pequenos, quatro vasos, um relógio de parede, uma cama de armação, quatro pares de mangas de vidro, etc³⁹. Embora o texto não informe o valor total dos objetos e móveis do inventário de Dona Maria da Purificação Ribas, podemos perceber que muitos itens encontrados no seu inventário estão presentes na relação de João Antônio da Silva. Mas não tantos nem tão luxuosos. Ainda sobre os utensílios, o autor coloca que os pequenos conjuntos de talheres de prata eram os mais comuns em certas residências de Paranaguá. E que objetos de ouro e prata foram encontrados em 33% dos inventários⁴⁰. No inventário de nosso proprietário, também foi detectada uma soma em ouro e prata, que será mencionada mais adiante.

O número de animais inventariados foi bem significativo, havendo entre eles bois, vacas, porcos, bestas e éguas. Como esta região não tinha como característica a pecuária, esses animais provavelmente eram utilizados para o transporte local, tração para os engenhos, o fornecimento de leite e derivados e consumo em geral, principalmente para os mais abastados.

Contudo, ao observarmos o inventário sentimos falta da existência de ferramentas de roça. Desses materiais foram inventariados somente 2 machados, duas foices, e uma enxada. Também achamos um tanto estranho, um proprietário desse porte possuir somente umas poucas roças. As roças inventariadas na sua maioria foram denominadas como velhas e de pouco aproveitamento. Acreditamos que estes dois casos tenham uma explicação plausível. João Antônio da Silva não tinha um número expressivo de ferramentas e roças porque ele optara por arrendar suas terras ou trabalhar com o sistema de parcerias. Neste sistema ele entrava com as terras e as outras pessoas com o trabalho, além do que nosso

³⁹ LEANDRO, op. cit., p. 170.

⁴⁰ Idem, p. 171.

proprietário possuía engenho de cana e farinha fundamental na preparação do produto final. Esta hipótese ganha relevância, ao encontrarmos a descrição das rendas, fruto do arrendamento de terras de nosso inventariado. Nesta descrição consta o seguinte: “de Feliciano Luiz, treze alqueires de farinha a dois mil e quinhentos réis cada, que importam em trinta e dois e quinhentos mil réis”; “de Manoel Feliciano e João Venâncio sete alqueires de farinha a dois mil e quinhentos réis cada, que importam em sete mil e quinhentos réis”; “de Manoel Duarte, três alqueires de feijão a cinco mil réis cada, que importam em quinze mil réis”. Contudo, a descrição mais esclarecedora, sem dúvida é a de Agostinho José Mariano, não só pelo fato de entregar à viúva de João Antônia da Silva quatro alqueires de feijão avaliados em vinte mil réis, mas pelo fato, que ao final de seu texto a viúva declara que ainda “não recebeu os terços dos demais trabalhadores que usufruíam das terras do monte inventariado”.⁴¹ Sendo assim, esta evidência vem reforçar a idéia que havia um sistema de parceria, onde João Antônio da Silva entrava com as terras e lavradores da região entravam com a força de trabalho. E na hora da colheita nosso proprietário ficava com 1/3 de toda a produção.

Também constatamos, ao analisar o inventário, que a metragem das terras, em sua quase totalidade, mencionavam apenas as medidas da frente da propriedade o que deveria ser normal. No que diz respeito aos utensílios de trabalho presentes no inventário, podemos destacar principalmente os utilizados para a fabricação da farinha de mandioca como fornos de cobre, formas de pau, rodas e cocho.

Ainda na esfera rural foram encontradas terras localizadas no sul da ilha entre a Fazenda da Ressacada, Rio Tavares, Pântano do Sul e Ribeirão. A extensão total destas era de

⁴¹ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folha 100.

aproximadamente quatro mil e vinte e seis metros – 1.736 braças de terras, valendo, aproximadamente, 13 contos e 679 mil e 200 réis.

Já na esfera urbana, encontramos, como sendo os principais bens de João Antônio da Silva, duas casas térrea sendo: uma na rua da Pedreira número 19 em Desterro, com uma porta e três janelas, tendo como vizinho pelo sul Candido Melchiades e pelo norte Abdom Semem Camem. Valia 3 contos de réis. A outra situada na rua João Pinto número 25, com uma porta e uma janela, tendo como vizinhos os herdeiros do senhor José Maria do Valle de um lado e do outro os herdeiros do senhor João Antônio Lopes Jardim. Esta valia 1 conto e 300 mil réis⁴². Acreditamos que em pelo menos uma destas casas funcionasse um estabelecimento comercial, visto que, a rua João Pinto era onde se concentravam tais casas de comércio. Além disso, as casas na cidade vêm reforçar a idéia que João Antônio da Silva poderia comercializar produtos em Desterro.

João Antônio da Silva possuía, também entre seus bens 8 canoas e 1 lancha baleeira. Podemos considerar como canoas as embarcações de tamanho pequeno e médio, devido às especificações do inventário. Das 9 embarcações de João Antônio da Silva, 3 podemos destacar como sendo de maior porte, capazes de fazer o transporte de farinha de mandioca ou de qualquer outro produto para ser comercializado do Ribeirão para o porto de Desterro. A maior chamava-se Espírito Santo de quatro remos de voga, em bom estado de conservação e muito usada, valendo a quantia de 350 mil réis⁴³. Além das embarcações, ele possuía também uma casa de rancho que servia como ancoradouro no porto do Manoel e um paiol no porto do Contrato ambos na Freguesia do Ribeirão, onde possivelmente ficavam armazenadas as mercadorias.

⁴² AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folha 40

⁴³ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folha 65

Mais uma evidencia que João Antônio da Silva e sua família viveram em conforto material e com prestígio no período estudado é a pequena relação de dívidas passivas.

QUADRO 3 – Dívidas passivas⁴⁴ de João Antonio da Silva

NOME	CRÉDITO
Eduardo Salles	80\$000
Manoel João de Oliveira	20\$000
Serafim Gonçalves de Aguiar	110\$500
João Ignácio da Silva	14\$000
TOTAL	224\$500

Fonte: Inventário post-mortem de João Antônio da Silva

Ao contrário de muitos negociantes que deixaram às suas famílias dívidas maiores que o próprio valor do patrimônio constituído em vida, João Antônio da Silva deixou a irrisória soma de dívidas de 224 mil e 500 réis. Ainda assim, em alguns casos a dívida era abatida, como veremos a seguir. Serafim Gonçalves de Aguiar era credor de João Antônio da Silva que lhe devia a quantia de 110 mil e 500 réis por conta da compra de barris vazios para colocar melado. Contudo, o mesmo Serafim era devedor da mesma quantia a João Antônio da Silva, sendo seu crédito abatido no final do inventário. Isso aconteceu também com os outros dois credores, João Ignácio da Silva e Manoel João de Oliveira. Não temos informações de onde residiam essas pessoas e no que trabalhavam, contudo, o fato de nosso inventariado comprar barris para colocar melado, nos leva a crer, que ele o produzia. Ou então, comprava de outro produtor para a comercialização.

⁴⁴ Dívidas passivas são dívidas não quitadas deixada por uma pessoa ao morrer.

Como podemos perceber nosso inventariado não deixou dívidas a seus familiares após sua morte, exceto despesas provenientes do tratamento médico, farmacêuticos, com o advogado, com a abertura de testamento e provenientes do custo dos avaliadores. Estas foram avaliadas em 3 contos, 434 mil e 410 réis⁴⁵.

QUADRO 04 – Distribuição de riqueza por ramo de investimento no inventario de João Antônio da Silva - 1878.

BENS	VALOR	%
Propriedade Rural	21:016\$200	20,3
Propriedade Urbana	4:300\$000	4,1
Criação	871\$000	0,8
Ferramentas	6\$000	0,05
Embarcações	841\$000	0,8
Escravos	10:650\$000	10,3
Dívidas Ativas	51:227\$782	49,6
Dívidas Passivas	228\$000	0,2
Obj. em Ouro e Prata	4:613\$000	4,4
Móveis	686\$000	0,6
Roças	361\$000	0,3
Outros	8:534\$450	8,2
Monte-mor	103:106\$432	100,0

Fonte: Inventário post-mortem de João Antonio da Silva

Notas: O item denominado outros, refere-se a quantia que a viúva tinha em seu poder.

O monte-mor bruto do inventário de João Antônio da Silva totalizava a soma espetacular para a época, de 103 contos, 106 mil e 432 réis. Desta soma, 51 contos, 227 mil e 782 réis 49,6% da fortuna eram provenientes de dívidas ativas. Esta soma era devida a João Antônio da Silva por 96 pessoas com juros variando entre 1 a 2% ao mês, e algumas delas rendendo juros há mais de 10 anos.

⁴⁵ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folha 87

O monte-mor de João Antônio da Silva, pode ser comparado com o do paranaguara inventariado em 1876, João Gonsalves de Araújo Triste. Leandro, considera João Gonsalves de Araújo Triste como bem afortunado da região de Paranaguá e lista, além de sua fazenda, casas térreas e escravos, principalmente seus investimentos em apólices da dívida pública e empréstimos a juros. Seu monte-mor líquido foi calculado em 107 contos, 113 mil e 799 réis. João Gonsalves de Araújo Triste tinha o hábito de emprestar a juros entre 8% a 10% ao ano, havia em seu inventário inúmeros devedores ao seu espólio.⁴⁶

Riqueza e Usura

João Antônio da Silva se assemelha ao perfil descrito por João Fragoso e Ana Maria Lugão Rios no texto “Um empresário brasileiro nos oitocentos”, onde chamam de fazendeiro-capitalista aquele empresário que não vivia exclusivamente de sua produção agrícola. Os autores ressaltam que “foi principalmente através destes mecanismos, empréstimos a juros que os fazendeiros-capitalistas conseguiram ampliar seus bens em terras e escravos”⁴⁷. No caso do referido texto, os autores demonstram essa tese através do exemplo do comendador Manuel de Aguiar Vallim, que era dono da Fazenda Resgate, produtora de café no Vale do Paraíba. Vallim, em um certo momento de sua vida, parou de investir na cafeicultura e começou a investir em apólices da dívida pública. Ele possuía no ano de sua morte o correspondente a quase 1,0% de todo o papel moeda emitido no Brasil no primeiro trimestre de 1878⁴⁸.

⁴⁶ LEANDRO, op. cit., p. 102.

⁴⁷ FRAGOSO, J., RIOS, A M.L, op. cit., p. 200

⁴⁸ Idem, p. 199

Essa troca de investimentos fazia sentido naquele momento em que os sinais do declínio do sistema escravista eram nítidos para aqueles proprietários, que sabiam que o fim da escravidão estava próximo. Por esse motivo, determinados empresários saíram em busca de novos caminhos que os levassem a novas rentabilidades, afastando-se dos investimentos em mão de obra cativa em suas propriedades agrícolas. Ainda, segundo os autores “entre 1864 e 1869 e na década seguinte, aumenta muito a procura por estes títulos (apólices da dívida pública) que embora a princípio menos lucrativos (6% ao ano), eram, nas condições do mercado financeiro, de longe os mais seguros”⁴⁹.

QUADRO 5– Relação de devedores ao espólio do finado João Antonio da Silva – 1878

DEVEDORES	VALOR	% ao mês
Marcelino Ferreira de Aguiar	500\$000	1,5%
Ignácio Barbosa	50\$000	1%
Francisco Albino	100\$000	2%
José Thomaz	200\$000	1%
José Antonio de Souza	150\$000	1%
Francisco Vieira de Aguiar	36\$000	1,5%
Manoel Antonio Pereira	1: 200\$000	1%
Manoel Joaquim de Campos	140\$000	1%
João Francisco da Costa	50\$000	2%
Antonio José Antunes	218\$000	1%
Theodoro Antonio da Silva	30\$000	----
Vicente Antonio da Silva Pereira	900\$000	1%
João de Souza Teixeira	102\$350	1,5%
Manoel Antônio da Cunha	200\$000	1,5%
Jacinto Claudino	600\$000	1%
Manoel José Rodrigues	460\$000	1%
Antônio Martins Venancio	652\$000	1%
Marcellino Pereira da Silva	310\$000	1%
Francisco Antônio Vieira	50\$000	1,5%
Antonio Graciano	150\$000	2%
Izidoro Pires Ferreira	3: 500\$000	1%
Floriano Perera Duarte	400\$000	1%
Ricardo Antonio Lopes	200\$000	1,5%

⁴⁹ Idem, p. 221

Manoel Machado	500\$000	1%
Manoel Gonçalves Pereira	100\$000	2%
Manoel Diniz Pereira	2: 300\$000	1%
Jorge Monteiro	100\$000	1%
João Ignácio da Silva	50\$000	2%
João P. Fagundes Goes	1: 410\$000	1,5%
Manoel Cantalicio	400\$000	1%
João Anastacio	200\$000	2%
Guilherme Christiano Lopes	2: 450\$000	1%
Manoel Cantalicio	350\$000	1%
Marcelino José Dutra	25\$000	----
Manoel Serafim	20\$000	2%
Venancio Martins	145\$000	1,5%
João Rodrigues de Abreu	400\$000	1%
Antonio Augusto de Aguiar	400\$000	----
Domingos [ilegível]	2: 000\$000	6% ao ano
Pedro José Lauriano	100\$000	1,5%
João Gonçalves da Silva	400\$000	----
Matheus Gonçalves de Aguiar	387\$490	----
Manoel Pires Bella	200\$000	1,5%
Do mesmo senhor	350\$000	1%
José Vieira Cordeiro	800\$000	1%
Francisco Antonio Lopes	50\$000	1,5%
Francisco Luis da Costa	125\$000	1,5%
João C. de Andrade	179\$000	1,5%
Nicolau Manoel de Avíla	100\$000	1,5%
Joaquim M. do Nascimento	380\$000	1,5%
Manoel Alexandre Jacques	100\$000	1%
Manoel Antonio da Rocha	775\$700	1,5%
Antonio Joaquim Baptista	400\$000	1%
Romildes Antonio Cavalheiro	400\$000	1%
Felisbino Martins Jacques	249\$000	1,5%
Francisco José Garcia	2: 000\$000	1%
José Francisco Cabral	1: 500\$000	1%
Candido Flor	40\$000	----
Ignácio José de Rezende	100\$000	2%
Domingos Martins dos Santos	400\$000	1%
Luis de SouzaFagundes	217\$000	----
Joaquim José Ferreira	100\$000	1,5%
José Jorge de Bitencourt	1: 000\$000	1%
José Rodrigues da Silva	708\$000	1%
José Vieira Pacheco	1: 000\$000	1%
Antonio Rodrigues da Silva	1: 127\$000	1%
Joaquim J. D. de Siqueira	2: 000\$000	9% ao ano
Julio Francisco Ferreira	1: 538\$282	1%

Fonte: Inventário post-mortem de João Antonio da Silva

Além das 68 pessoas relacionadas no espólio de João Antônio Silva, havia mais 28 pessoas que pediram crédito ao nosso inventariado. O número total de devedores era de 96 pessoas e o valor dos empréstimos efetuados por João Antônio da Silva girava em torno de 51 contos, 227 mil e 782 réis. Ainda havia algumas dívidas que não foram documentadas no valor de 549 mil e 770 réis e que provavelmente também não foram cobradas⁵⁰.

Ainda em relação às dívidas ativas encontramos algumas diferenças na forma de pagamento. Habitualmente as pessoas pediam a quantia desejada e esta vencia juros de 1 a 2% ao mês. Contudo, havia casos, como o do senhor João Gonçalves da Silva que pediu um crédito de 400 mil réis e estava isento de juros. Já o senhor Marcelino J. Dutra pediu um crédito de 25 mil réis em 3 de Maio de 1876 vencendo 500 mil réis de prêmio por mês. O mesmo ocorreu com o senhor Candido Flor que pediu um crédito de 40 mil réis, vencendo o prêmio de 1 conto e 200 mil réis.

Poderia ocorrer que os bens dos devedores, como terras e casas, tivessem que ser dadas como forma de pagamento. Encontramos um caso que retrata bem essa situação. “José Agostinho de Maria deu pela execução que está correndo seus terrenos no Juízo Municipal desta cidade de Desterro, afim de ter pago a quantia de sete contos, setecentos e um mil e oitocentos e dose réis, que ainda não está determinada a cobrança 7: 701\$812”⁵¹. Isso explicaria, os inúmeros bens que João Antônio da Silva possuía. Muitos deles poderiam ter sido dado na forma de pagamentos dos empréstimos a juros.

⁵⁰ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. Folha 87 a 99.

⁵¹ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. Folha 95

Não conseguimos identificar a razão pela cobrança de juros diferenciada entre os devedores de João Antônio da Silva. Duas cobranças nos chamaram a atenção, o caso de Joaquim J. D. de Siqueira devedor de 2 contos de réis, com juros de 9% ao ano. E Domingos devedor do mesmo valor com juros de 6% ao ano. Podemos imaginar que para operações que fossem consideradas arriscadas, eram também elevados os juros.

Através do cruzamento da matrícula do Ribeirão com os 96 devedores do espólio de João Antônio da Silva, apenas 7,2% foram identificados como moradores do Ribeirão e arredores. Essas pessoas na sua grande maioria eram lavradores. Sendo assim, não sabemos ao certo para quem nosso inventariado emprestava dinheiro, se para pessoas do perímetro rural ou urbano.

Sobre essa forma de aplicação que engloba a elite brasileira na segunda metade do século XIX, João Fragoso e Ana Lugão Rios observam que:

Mais uma vez o capital era esterilizado de modo a reproduzir uma hierarquia excludente. E algo semelhante pode ser dito para a persistência de antigas práticas não capitalistas, como os investimentos em imóveis urbanos e na usura. Estas últimas, igualmente, implicavam um desvio de recursos da produção.⁵²

Ainda segundo os autores, esse sistema usurário veio garantir uma substancial acumulação, por parte dos proprietários que poderiam estar passando por uma eventual crise decorrida do aumento do preço dos escravos nas décadas que se seguem ao fim do tráfico negreiro.⁵³

⁵² FRAGOSO, J., RIOS, A M.L., op. cit. Apud. LEANDRO, p. 116

Leandro demonstra que em Paranaguá entre 1850-1888 não encontrou ao longo desse período grandes modificações a respeito da face material da riqueza dos bem-afortunados paranaguaras. Contudo, percebeu que os mais ricos começaram a investir em apólices da dívida pública e ações como estratégia de continuar gerando capital num período em que já se percebia os sinais do final do regime escravocrata no país⁵⁴.

Não podemos afirmar que para o litoral catarinense houve um redirecionamento em determinados investimentos, visto que, não temos um levantamento mais detalhado dos detentores de riqueza da ilha. Nem passar a idéia que João Antônio da Silva era fazendeiro, mesmo porque, os dados até o momento analisados nos levam a crer que ele era negociante e provavelmente comprava produtos de lavradores da região para revender. Porém, 8 anos antes de falecer em 1870, segundo dados do inventário, João Antônio da Silva começou a investir em empréstimos a juros. Não sabemos a opção de nosso inventariado em fazer tais investimentos, mas acreditamos que os sinais do declínio do sistema escravista, aliado a idade avançada e possíveis problemas de saúde tenha sido fortes motivos para essa inserção. E ainda, uma possível diminuição na propriedade escrava, na produção ou no preço da farinha, que levaria os lavradores da região a se endividarem pedindo empréstimos a João Antônio da Silva.

⁵³ FRAGOSO, J., RIOS, A M.L, op. cit, p. 208

⁵⁴ LEANDRO, op. cit., p. 116.

Capítulo III

A mão de obra escrava na Ilha de Santa Catarina

Já mencionamos em capítulos anteriores que a economia na Ilha de Santa Catarina era considerada pela historiografia como periférica e de pouca importância no cenário nacional. A presença da mão de obra escrava em freguesias da ilha, principalmente as de área rural, era considerada mínima. Sabemos que a ilha esteve longe de ser uma região agro-exportadora, no entanto, isto não foi empecilho para o desenvolvimento de alguns produtos e de atividades comerciais. Novos estudos têm mostrado que a mão de obra escrava esteve sempre presente nas atividades econômicas, e que estas não se resumiam à subsistência.

Sendo assim, nesse capítulo pretendemos analisar as atividades desenvolvidas por escravos, o valor material desse trabalho e as formas que este trabalho se tomava.

O trabalho escravo no Ribeirão da Ilha.

Segundo o censo de 1872 na Ilha de Santa Catarina existiam 3360 escravos.⁵⁵ Destes, figuravam na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão aproximadamente 275 ou 9,17% da população da freguesia. Vale lembrar que este é o menor índice encontrado para o Ribeirão desde 1810, ou seja, nos anos anteriores a 1872 a população escrava era praticamente o dobro desta em números absolutos.

⁵⁵ CARDOSO. F.H. op. cit. 2002. p 134.

Estes cativos eram essenciais por executarem uma série de atividades tanto no meio urbano quanto no meio rural da Ilha de Santa Catarina. Para a cidade, podemos mencionar tais atividades como: carregar mercadorias, lavar e passar roupas, limpar as casas e cozinhas. Enfim eram “pau para toda obra” e exerciam funções extremamente necessária para o funcionamento da cidade⁵⁶.

Sabemos que na ilha não se produzia açúcar para exportação, mas, por outro lado, a ilha estava integrada ao mercado de abastecimento interno e produzia farinha de mandioca, aguardente e alguns gêneros alimentícios. O quadro a seguir demonstra a divisão da mão de obra cativa na Ilha em 1872.

QUADRO 6 – Ocupações de escravos na Ilha de Santa Catarina – 1872.

OCUPAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Artistas	21	0	21
Marítimos	35	0	35
pescadores	25	0	25
comerciantes	02	0	02
Operários em madeiras	40	0	40
Operários em edificações	56	0	56
Operários em vestuário	03	0	03
Operários em chapéus	06	0	06
Operários em calçados	17	0	17
Canteiros	15	0	15
Operários em tecidos	00	46	46
Costureiras	00	57	57
Criados e Jornaleiros	82	25	107
Domésticos	161	915	1076
lavradores	699	26	725
Sem profissão	381	322	703
TOTAL	1543	1391	2934

Fonte: CARDOSO.F. H., Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas. Insular: Florianópolis, 2000. Apud. PENNA, Clemente, p. 62

⁵⁶ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890 – 1915. São Paulo: Annablume, 1998, p. 163. Apud. PENNA, Clemente, p. 62

Para a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão foi detectado através da análise da matrícula de escravos da própria freguesia em 1843 os seguintes dados:

A maioria dos escravos da região eram empregados na lavoura, no cultivo da mandioca. Cerca de 88,7% dos chefes de família da região dedicavam-se à lavoura, sendo que os 11,3% restantes estavam voltados para atividades como a pesca, a carpintaria e ao ensino. Apenas 8% dos escravos da região estavam empregados por esses senhores. A maioria, cerca de 92% dos escravos estava trabalhando na lavoura em 1843⁵⁷.

Segundo os dados do quadro 5 podemos identificar que grande parte da população escrava masculina estava empregada na lavoura. Contudo, somando homens e mulheres a ocupação que mais se destaca é o serviço doméstico. Já, segundo a matrícula de 1843 do Ribeirão, identificamos 92% da população escrava empregada na lavoura.

Analisando os dados, do censo de 1878 chegamos à mesma conclusão que Fernando Henrique Cardoso: a de que o serviço doméstico foi registrado como o principal trabalho exercido pelos escravos na ilha. Contudo, é difícil acreditar que os critérios adotados pelos recenseadores para classificar os escravos dessem conta do tipo de tarefas realizadas pelo cativo.

Sobre o censo, Barickman nos alerta para termos atenção e cuidado ao analisar dados censitários, uma vez que os recenseadores utilizavam termos bastante amplos sem aquele rigor sociológico que o historiador muitas vezes quer encontrar nas fontes⁵⁸.

⁵⁷ ZIMMERMAN, Fernanda, op. cit., p 13.

⁵⁸ BARICKMAN, op. cit., p. 221.

João Antônio da Silva figurava como um dos homens mais ricos do litoral catarinense no segundo quartel do século XIX, com seus inúmeros terrenos, sítios, casas, móveis, engenhos, animais e escravos como já mencionados no capítulo anterior. Peguemos como exemplo para trabalhar com a estrutura de posse, o inventário de João Antônio da Silva e seu significativo número de cativos . Nosso inventariado possuía uma propriedade de 22 cativos, sendo 14 homens e 8 mulheres avaliados todos em 10 contos 650 mil réis.

QUADRO 7 – Relação de Escravos Inventariados – 1878

NOME	IDADE	NATURALIDADE	VALOR (conto de réis)	OBSERVAÇÃO
Joaquim	60	de nação	200\$000	
Sebastião	65	africano	100\$000	adoentado
José	09	crioulo	600\$000	
Manoel	48	crioulo	300\$000	lavrador
Geronimo	43	crioulo	800\$000	reumatismo
Gonzaga	22	pardo	1:000\$000	lavrador
Julio	19	pardo	900\$000	lavrador
Antonio	17	pardo	950\$000	lavrador
José Cabral	10		450\$000	
Israel	23	pardo	700\$000	lavrador
Adão	08	crioulo	500\$000	
Jorge	60	africano	200\$000	
Domingos	55	crioulo	50\$000	doente
João	65	africano	sem valor	doente
Thomaz	45	crioulo	550\$000	lavrador
Ignácia	40	crioula	350\$000	
Maria	23	crioula	550\$000	doméstica
Theresa	12	crioula	300\$000	sarnenta
Eva	08	crioula	200\$000	

Felisarda	35	parda	550\$000	doméstica
Caetana	20	parda	550\$000	doméstica
Thomazia	13	parda	600\$000	doméstica

Fonte: Inventário post-mortem de João Antônio da Silva

Sobre a classificação do serviço escravo Clemente Penna faz a seguinte colocação:

Dona Maria Ritta do Nascimento, ao falecer em 1882 deixou como herdeiro apenas seu filho, o lavrador José Gomes Vieira, e nenhum neto. Entre os bens deixados por Maria se encontravam algumas terras e roças de mandioca, uma pequena casa, um engenho de fazer farinha, um paiol e dois escravos: Manoel, crioulo de 32 anos, matriculado como lavrador e Euflábia, crioula de 34 anos, matriculada como doméstica. A casa onde a viúva morava com seu filho e sua nora era bastante simples, possuía apenas alguns poucos e velhos móveis, esse dado aliado ao pequeno número de pessoas que lá residiam me fazem pensar em quanto tempo Euflábia deveria dispor para dar conta dos serviços da casa. Certamente não muito. Por outro lado, as terras e roças de mandioca e o engenho parecem ter gerado trabalho demasiado para que apenas duas pessoas (José Gomes e Manoel) dessem conta. É pouquíssimo provável que Euflábia, apesar de ter sido classificada como doméstica, executasse apenas serviços da casa. Certamente ela executava uma série de tarefas nas terras e no engenho da propriedade. A produção de farinha de mandioca foi provavelmente a atividade em que mais devem ter se ocupado os escravos Manoel e Euflábia.⁵⁹

Sendo assim, acreditamos que mesmo os escravos de João Antônio da Silva sendo classificados como trabalhadores domésticos e de lavoura, estes exerciam outras atividades. Além disso, nosso proprietário sendo um negociante não é difícil de imaginar as diferentes funções exercidas por seus cativos tanto no Ribeirão quanto em Desterro. Um deles pode ter sido no beneficiamento da mandioca, já que nosso inventariado possuía nada menos que 5 casas de engenho. Sendo que, em 1 casa funcionava simultaneamente um

⁵⁹ CLEMENTE, op. cit., p. 68.

engenho de açúcar e farinha, 2 engenhos cujas funções não foram especificadas e os outros dois eram um de farinha e um de cana. Temos que considerar também, a hipótese de João Antônio da Silva ter outro tipo de mão de obra trabalhando para ele além da cativa. Ou ainda, supor que nosso proprietário arrendasse seus engenhos para produtores da região, mas sobre essas duas possibilidades não temos evidências no inventário para sustentá-las.

Há de se levar em conta que o beneficiamento da mandioca era muito penoso, o transporte da raiz até a casa de engenho, descascar a raiz, ralar, cevar a mandioca e, por fim, prensar numa prensa que poderia ser movida à tração animal ou humana⁶⁰. Segundo Virgílio Várzea, as mulheres participavam da colheita, e eram elas as principais responsáveis por descascar e ralar a mandioca e também peneirar a farinha, ou seja, com exceção da prensagem, as mulheres estavam envolvidas em todas as etapas da produção de farinha⁶¹. É de se esperar que pelo número de engenhos que as cativas de João Antônio mesmo estando classificadas como domésticas também fossem aproveitadas diretamente no trabalho agrícola.

Segundo Clemente Penna, no ambiente rural, os trabalhos da casa e da lavoura se misturavam e os cativos exerciam atividades tanto na roça quanto na casa. Era comum que os homens fossem responsáveis por arar as terras, plantar, colher e transportar a safra e os gêneros. Das mulheres se esperava auxílio no processamento da colheita (no caso de existir um engenho na propriedade), limpeza da casa e não raras vezes, ajuda na lavoura⁶². Outro autor a confirmar essa idéia é Barickman: segundo ele, a presença das escravas nos trabalhos da lavoura era comum tanto no plantio da mandioca como no cultivo de hortas e

⁶⁰ PIAZZA, Walter F.(Walter Fernando). A mandioca e a sua farinha : aspectos culturais na ilha de Santa Catarina.. 1956. p. 22

⁶¹ VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina – A Ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985 (1900), p. 183-90.

⁶² No censo de 1872 algumas mulheres aparecem como sendo lavradoras. Apud.CLEMENTE, p. 83.

pomares, entretanto, um proprietário que tivesse apenas um escravo homem não hesitava em empregá-lo também nos serviços de limpeza e manutenção da casa⁶³.

No que se refere à classificação das posses escravas no Brasil, compartilhamos da idéia de Leandro de não usarmos a classificação de pequeno, médio e grandes plantéis de escravos feita para áreas de *plantation*, ou seja, regiões que tinham como característica principal desenvolver sua economia através do cultivo de um único gênero alimentício, como as grandes lavouras de açúcar e café. Isso por que cada região tem suas especificidades. Para essas regiões os conceitos se diferenciam, inclusive o de grande propriedade escrava que muitas vezes poderiam chegar a 300 cativos.⁶⁴

Por esse motivo adotamos o mesmo modelo utilizado por Leandro em sua tese. O autor utiliza a classificação de Eduardo Spiller Pena por acreditar que esta seja mais apropriada para regiões voltadas para o mercado interno. Para Spiller, os senhores que possuíam de 1 a 4 escravos correspondiam à pequena posse, os que possuíam de 5 a 9 escravos à média posse, e aqueles com 10 ou mais escravos correspondiam as grandes posses⁶⁵.

Acreditamos ser correto usar esta classificação para o litoral catarinense pois segundo o autor:

Os proprietários com mais de 10 escravos eram minoria e foram considerados grandes, pois o capital investido em cativos, em comparação com outros tipos de bens, mostrou-se extremamente significativa. E, além disto, em termos relativos, para uma grande maioria de senhores com 1 a 4 escravos, um proprietário com mais de 10 era visto como abastado. Naturalmente que se comparados a outras regiões preponderantemente escravistas, como as

⁶³ BARICKMAN, op. cit., p. 237-54

⁶⁴ LEANDRO, op. cit., p. 138.

⁶⁵ PENA, Eduardo Spiller. O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. Apud. LEANDRO, p. 139.

províncias cafeeiras ou açucareiras, os grandes senhores que possuíam de 10 a 26 cativos, seriam considerados como médios e até mesmo pequenos proprietários.⁶⁶

A propriedade escrava pode ser considerada como um forte identificador de riqueza tanto no ambiente rural quanto urbano. O expressivo número de escravos de João Antônio da Silva deve ser classificado como grande posse escrava. Além do serviço doméstico e da lavoura, não aparecem outros ofícios na relação de ocupações de escravos. Isto pode ter acontecido pelo alto custo da mão de obra escrava especializada. Ou, simplesmente, não haveria necessidade de mão de obra especializada na propriedade de nosso inventariado.

João Antônio da Silva possuía uma infinidade de terras, mas poucas roças que foram citadas como: “velhas, a desmanchar, pequenas e sem valor. Estas poucas juntas valiam 361 mil réis”. Esse fato vem confirmar que nosso proprietário não se dedicava a agricultura, ou seja, não era um senhor de terras.

No conjunto de escravos de João Antônio da Silva, inventariado em 1878, foram relacionados 22 escravos dos quais 4 eram africanos, 10 crioulos e 7 pardos, e um escravo cuja naturalidade não foi mencionada. Quatro cativos após serem inventariados compraram sua liberdade (Felizarda, Caetana, Domingos e Jerônimo); apenas 9 escravos possuíam mais de 35 anos, caracterizando como um plantel relativamente jovem. Dos 22 cativos somente João não foi avaliado tendo em vista seu estado de surdez, sua idade avançada e seu problema na virilha.

O censo de 1872 nos informa que os cativos que trabalhavam como domésticos e lavradores correspondiam a 62% da força de trabalho na Ilha de Santa Catarina. Dificilmente quem exercia essas funções as realizava de forma autônoma, dando chance de

⁶⁶ PENA, Eduardo Spiller. Apud. LEANDRO, p. 140.

acúmulo de pecúlio. Entretanto, esta situação não é uma regra, já que temos no espólio de João Antonio da Silva 4 cativos que conseguiram suas cartas de libertação. No caso de Caetana, Domingos, Felizarda e Jerônimo as cartas de alforrias demonstram que esses cativos conseguiram juntar somas consideráveis que utilizaram no pagamento de sua alforria. Exceto no caso do cativo Jerônimo, descrito desta forma:

“Diz Jerônimo, crioulo de 43 anos de idade, solteiro, lavrador, escravo do finado João Antônio da Silva, e que o cujo inventário se está procedendo neste juízo, que tendo quem lhe abone a quantia de 800 mil réis, em que foi avaliado nos termos do Art. 90 ss 2º do regulamento nº 5635 de 13 de Novembro de 1872, exhibe a vista o preço de sua avaliação e processem a carta de libertação”⁶⁷. Já a escrava Felizarda de 35 anos de idade “sendo avaliada pela quantia de 450 mil réis, quer usar do direito que lhe concede a lei de 28 de Setembro de 1871 exibindo em mãos do inventariante a quantia de sua avaliação para libertar-se por tanto”⁶⁸.

No caso de Jerônimo, fica claro que havia um benfeitor, que poderia ser um filho, ou parente seu por exemplo, que arcou com o pagamento de sua alforria. Já no caso de Felizarda, ela mesma usando de um direito que concedia a lei, pagou a quantia de sua libertação. Os escravos Domingos e Caetana, assim com Felizarda pagaram a quantia estipulada para sua libertação.

Em ambos os casos, não fica especificado no inventário de João Antônio da Silva quem foi o benfeitor que pagou pela liberdade de Jerônimo e porquê. O inventário também não traz informações de como escravos ditos domésticos e lavradores teriam acumulado pecúlio suficiente para comprarem sua própria liberdade.

⁶⁷ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folha 70.

⁶⁸ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folha 61.

Sabemos que para um cativo ter seus rendimentos, dependeria diretamente do tipo de atividade que exercia. Por tratar-se de área rural, possivelmente os grandes proprietários cedessem um pedaço de terra para que os cativos cultivassem em suas horas vagas, ou para sua própria alimentação. Se isto tivesse acontecido, o resultado desse cultivo poderia gerar um certo excedente levando a comercialização.

Penna, ao trabalhar com inventários da Ilha, detectou para a década de 1880, 26 pedidos de depósitos de pecúlio feitos por escravos. Dos 26, 6 eram de escravos residentes em áreas rurais da Ilha. Isso nos leva a crer, que além da “brecha camponesa” citada na historiografia da escravidão, existiam outros tipos de acordos entre estes cativos e seus senhores, que possibilitava o acúmulo de pecúlio por parte dos escravos levando-os a adquirirem sua alforria⁶⁹.

Embora o sistema de ganho fosse facilitado em áreas urbanas, o comum arranjo de trabalho escravo não deixou de acontecer no ambiente rural. Em ambos os setores, tanto o cativo quanto o senhor tentavam tirar o maior proveito possível da situação. Diversos estudos recentes sustentam a idéia de formas de negociação e conflitos entre senhores e escravos. Essas negociações, determinavam certos deveres e direitos de ambos os lados dando margem para o cativo negociar constantemente certas concessões.⁷⁰

⁶⁹ PENNA, op. cit., p. 85

⁷⁰ FLORENTINO, Manolo, GOES José Roberto. A paz nas senzalas: família escrava e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.; LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988; MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. Apud. SCHEFFER, Rafael da Cunha. Tráfico interprovincial de escravos em Desterro, 1849-1888. Florianópolis, 2006. p.24.

Sendo assim, podemos imaginar que os escravos de João Antônio da Silva mesmo classificados como empregados no serviço doméstico e lavradores exerciam possivelmente atividades que lhes davam acesso a renda monetária sendo importante para o acesso das escravos à liberdade na Freguesia do Ribeirão bem como no resto da ilha.

QUADRO 8 – Relação de Escravos de João Antônio da Silva - 1843.

NOME	SEXO	IDADE	COND	NAÇÃO	OBS	EST.CIVIL
Vicente Machado	M	55	Esc	Cabinda		
Antônio	M	50	Esc	Congo		
Manoel	M	40	Esc	Brasil	Crioulo	
José	M	32	Esc	Congo		
Manuel	M	30	Esc	Benguela		
Francisco	M	28	Esc	Congo		
Sebastião	M	25	Esc	Moçambique		
Manoel	M	25	Esc	Benguela		
José	M	10	Esc	Brasil	Crioulo	
Florinda	F	40	Esc	Brasil	Crioulo	
Aguida	F	10	Esc	Brasil	Crioulo	
Joanna	F	9	Esc	Brasil	Crioulo	

Fonte: Matrícula do Ribeirão de 1843.⁷¹

Ao analisarmos a relação de escravos de nosso inventariado de 1843, percebemos um total de 12 escravos. Sendo 9 homens e 3 mulheres, 7 africanos e 5 crioulos. Dos 22 cativos de João Antônio da Silva de 1878, encontramos na matrícula do Ribeirão da Ilha de 1843 apenas dois escravos remanescentes nesse período. Não podemos afirmar que se tratavam dos mesmos escravos, pois, em ambas as relações estes vinham denominados apenas com o primeiro nome. Contudo, somando a idade dos cativos de 1843 com os de

⁷¹ Matrícula do Ribeirão de 1843, cartório do Ribeirão da Ilha folha 61.

1878 chegamos a conclusão que os escravos Antonio e Sebastião seriam os mesmos que figuravam na matrícula do Ribeirão da Ilha em 1843.

Se os cativos de João Antônio da Silva de 1843 não foram inventariados em 1878 o que teriam acontecido com eles? Podemos imaginar que muitas coisas teriam acontecido com esses escravos como: terem sido negociados, terem se alforriado ou mesmo ter morrido. Contudo, três são as hipóteses mais prováveis. A primeira diz respeito à compra das alforrias pelos próprios cativos. João Antônio da Silva poderia por ocasião da sua doença ou por merecimento ter libertado alguns cativos antes de sua morte. Isso aconteceu com a escrava Aguida que foi liberta em Junho de 1878. E por último, a razão de alguns escravos estarem na matrícula de 1843 e não figurarem no inventário em 1878, seria pelo fato de João Antônio da Silva ter dado ou vendido, alguns de seus cativos para seus filhos. Em 1843, a escrava Joanna era de propriedade de João Antônio da Silva, contudo, ao analisarmos os registros de batismo, percebemos que a mesma escrava, constava em 1850 como sendo de propriedade de Ignácio Antônio da Silva filho de nosso inventariado.⁷²

Outra questão a ser analisada através dos quadros 7 e 8 é como se dava a reprodução da posse escrava de João Antônio da Silva. Sabemos através de ambos os quadros que os cativos de nosso proprietário não eram casados ou essa informação nos foi negligenciada. Sabemos, entretanto, que muitas crianças nasciam de relações não legítimas pela igreja, e que nessa propriedade haviam algumas crianças. Em 1843 haviam na propriedade 3 crianças cativas, já em 1878 esse número aumenta para 6 crianças. Não sabemos quem eram os pais dessas crianças nem mesmo se eram cativos da mesma propriedade.

Além dessas crianças, havia ainda outras inventariadas em 1878 ditas “de ventre livre”. “Maria, crioula de 23 anos de idade, solteira, do serviço doméstico, com uma filha de ventre livre de nome Isabel com 8 meses de idade”. “Ignácia, 40 anos de idade, solteira com dois filhos de ventre livre, de nomes Manoel de 4 anos e Joanna de 2 anos”. E ainda, “Felisarda, parda com 35 anos de idade, serviço doméstico, com duas filhas de ventre livre, Julia com 4 anos e Edvirges com 3 meses de idade”.⁷³

Sendo assim, podemos avaliar que na propriedade de João Antônio da Silva, houve reprodução da posse escrava tanto pela reprodução natural através de suas cativas, quanto pela compra de novos escravos ate meados de 1870, já que os quadros 6 e 7 demonstram a rotatividade de cativos nessa propriedade. Além disso, o inventário nos fornece a informação que João Antônio da Silva negociou dois cativos, mas não informa a data dessa negociação. Esses cativos eram respectivamente Thomaz e Thomazia que estão relacionados no quadro 7 e provavelmente foram os últimos cativos adquiridos por nosso inventariado.⁷⁴ No que se refere à família escrava, podemos imaginar que houvesse, mas não temos dados concretos para fazer essa afirmação.

⁷² Registros de batismo livros 1, 2 e 3. L3/ folha 56V

⁷³ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folha 50.

⁷⁴ AFMF – Inventário de João Antonio da Silva. 1ª Vara de Família. Caixa de Inventários 1878. folhas 129 e 131.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa inúmeras foram as idas e vindas ao Arquivo do Fórum de Florianópolis para consultar e transcrever as fontes relativas à pesquisa. Inúmeras foram também, as idéias e dúvidas que surgiam a cada leitura, conversas com amigos e orientação.

A insegurança que se instala num momento como este é inevitável. A falta de prática de pesquisa e escrita vem dificultar todo o processo. O que se tinha planejado parece não se concretizar e acaba-se por se enrolar no meio de tantos fichamentos. Contudo, é inegável o conhecimento adquirido e muito gratificante ver concluído um trabalho que é resultado de muito esforço e dedicação.

Ao trabalharmos a questão da economia catarinense, principalmente, utilizando novos trabalhos historiográficos que tratam do mercado interno e da economia de abastecimento, percebemos como eram cristalizadas as idéias da historiografia tradicional. Sem dúvida Santa Catarina teve sua importância no cenário nacional através das exportações de gêneros de consumo, assim como outras regiões do Brasil, principalmente com a expansão do café nos grandes centros e com a Guerra do Paraguai na segunda metade do século. Esse crescimento beneficiou alguns setores, inclusive o investimento em mão de obra cativa.

Percebemos também mecanismos utilizados por proprietários do interior da Ilha para manutenção e desenvolvimento de suas fortunas. No caso do nosso inventariado João Antônio da Silva, identificamos como sendo sua principal forma de acúmulo de renda a negociação de gêneros de consumo. Esses gêneros vinham provavelmente de pequenos

produtores do Ribeirão da Ilha e arredores, vinham também das terras de João Antônio da Silva que as arrendava em troca de uma parte da produção. Além disso, percebemos que em determinado momento, nosso personagem começa a investir em empréstimos a juros, que poderia estar relacionado a uma conjuntura nacional que proporcionava maiores rendimentos.

Ao analisarmos as principais atividades desenvolvidas pelos cativos, as eventuais mudanças e as formas de reprodução dessa estrutura de posse, podemos considerar que o trabalho escravo na Ilha de Santa Catarina foi além de uma simples participação onde predominava o serviço doméstico como coloca a historiografia tradicional. O trabalho escravo na Ilha demonstrou sua grande importância tanto no cultivo de gêneros quanto no escoamento desses produtos para o mercado local.

Ao encerrarmos este estudo, pretendemos ter colaborado para responder algumas questões acerca da economia, escravidão e fortuna na Ilha de Santa Catarina na segunda metade do século XIX. Sabemos que não fomos os primeiros a trabalhar com este tema, sabemos também, que não esgotamos as possibilidades de pesquisa que abarcam os mesmos. Sendo assim, muito ainda há de ser pesquisado para entendermos melhor a escravidão e o trabalho escravo principalmente em área rural.

Anexo

INVENTARIO DE JOÃO ANTONIO DA SILVA
Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis – AFMF.
1ª Vara de Família – caixa do ano de 1878
Este documento foi transcrito literalmente.
Titulo de herdeiros
Escrivão: Leonardo Jorge de Campos

Aproximadamente 22 filhos entre homens e mulheres. Nesta relação misturam-se alguns netos.

Precatórios

Afim de se poder expedir os precatórios para os municípios de São José, São Miguel e Laguna, faz-se preciso que a inventariante de a descrição dos bens existentes em referidos municípios, visto como devem os mesmos bens devem ser especificados os precatórios, afim de poderem os avaliadores fazerem as avaliações bem como fazer as “desapções” de todos os bens de seu extinto casal por ser da ordem do processo. Folha 34.

Casas

Huma morada de casas térreas, esta a Rua da Pe a Rua da Pedreira, onde faz frente, nº 19 com uma porta e três janellas, confrontando pelo lado so sul, com Candido Nelchides e pelo lado do Norte com casas de Abdon Lumem Cameu, e pelos fundos a the ao muro da mesma casa que acharão valer aquantia de três contos de reis. 3:00 Folha 40

Huma morada de casas com uma porta e uma janella, cita a Rua João Pinto, onde faz frente nº 25 confrontando por um lado com casas dos herdeiros finado José Maria do Valle e pelo outro com casas dos herdeiros de João Antonio Lopes Jardim, confundos a meia quadra, que acharão valer aquantia um conto e tresentos mil reis 1:300 F. 40

Noventa e quatro metros e seis décímetros (43 braças) de terras compradas a Ignácio, no Distrito da Freguesia do Ribeirão, confrente na estrada publica, e fundos as vertentes do “morro” confrontando pelo leste com terras de Luis, e pelo Oeste com terras de Damásio Francisco de Rezende, os avaliadores acharão valer cada uma braça a trinta e seis mil reis, e todas importarem na quantia de um conto quinhentos e quarenta e oito mil reis 1: 548 F. 43

Huma morada de casa no citio de cima (?), paredes de pedra e cal, e coberta de telhas, com esteios de cuadeira, assoalhada, com quatro janellas na frente e entrada (?), precisando de grandes reparos, que vierao e avaliarão pela quantia de quatro centos e cincoenta mil reis 450 F. 43

Huma casa de engenho nomesmo citio, coberta de telha, danificada, que acharão valer aquantia de cento e oitenta mil reis 180 F. 43

A cento e dose metros e dose decímetros (51 braças) de terras, compradas a Manoel Pereira da Silva, confrrente no travessão, e fundos compatentes, confrontando pelo leste com terras compradas a Juvêncio Peres Ferreira, e pelo oeste com as de Thomas Cordeiro, em cujas as terras existe a casa da vivenda, as quais acharão valer cada braça a trinta e seis mil reis sendo incluído o potreiro que tem na frente até o rio do Ribeirão, e todo na quantia de um conto e oitocentos e trinta e seis mil reis. 1: 836 F. 43

Uma moradia de casas da vivenda no mesmo citio a uma (?) com quatro janellas defrente com paredes de pedra e cal, com entradas pelos lados, forada e assoalhada precidando de algum reparo, que acharão valer aquantia de um conto e cem mil reis 1: 100\$000 F. 43

Uma casa de engenho de canna coberta de telha no referido citio da vivenda tendo o monte do mesmo engenho dois fornos de cobre, dois (?) grandes, dois (?) mais pequenos onze formas de pau e quatro de barro que acharão valer aquantia de quinhentos e dezoito mil reis tudo. 518\$000 F.43

Uma casa de engenho de fabricar farinha no mesmo citio da vivenda coberto de telhas, com (?) do mesmo engenho e todos os pertences deste, tendo um forno de cobre e dois (?) que achao valer tudo com a prença aquantia de trezentos e oitenta e três mil reis. 383\$000

Uma pequena casa junto ao mesmo engenho, aqual serve de deposito, que acharão valer aquantia de quarenta mil reis. 40\$00 F. 43

Uma pequena casa junto ao engenho de fabricar farinha no mesmo citio da vivenda, aqual serve para a estrebaria dos animais que acharão valer aquantia de vinte mil reis 20\$00

Uma pequena casa a onde (?) tem os escravos que acharão valer também vinte mil reis. 20\$00 F. 43

Vinte e quatro metros e dois decímetros de terras em caiacanga mirim, confrrente no matto, que divide as terras do (?) José Dutra..... valor cinquenta e cinco mil reis 55\$00 F. 44

Oitocentos e oitenta metros (400 braças) de terras nos barreiros compradas a Joaquim Jorge Gonçalves confrrente no travessão e fundos ao Ribeirão grande, estremando pelo leste com terras Manoel Pires e pelo Oeste com as terras de Manoel Vieira Rodrigues que acharão valer um conto e oitocentos mil reis. 1: 800\$00 F. 44

Quinhentos e sessenta e seis metros e noventa e quatro centímetros (257 braças e 7 palmos), valor todo por um conto trinta e dois mil e duzentos reis. 1: 032\$200

Uma casa coberta de telhas cita no lugar barreiros contendo os engenhos de fabricar assucar e farinha com dois fornos grande de cobre pertencente ao engenho de cana, três camas e oito formas de pau do mesmo engenho, um forno de cobre pertencente ao engenho de fabricar farinha, um paiol, um caupao , um rodado de carro e um dito de carretão que achao valer tudo isso a soma descripta por quatro centos e noventa e sete mil reis. 497\$00 F. 45

Setenta e dois metros e seis décimetros de terras compradas a Juvêncio Pires Ferreira (33 braças) fazendo frente na estrada publica e fundos as vertentes do morro, comprou tanto pelo leste, com terras de Antonio José Antunes e pelo oeste com as terras do mesmo fallecido João Antonio da Silva já descripta em o numero quatro as quais acharão valer a trinta e seis mil reis cada braça e todo pela quantia de um conto cento e trinta e oito mil reis. 1: 138\$00 F. 45

Oito metros e oito décimetros de terras (4 braças) defrente citas no Ribeirão compradas a Domingos (?) comfrente a estrada publica e fundos competentes a contestar com Joaquim Martins Linhares e outros, estremando pelo Leste com Joaquina Diniz, e pelo Oeste com Ignacia Vieira que acharão valer cada braça a doze mil reis por terrenos pantanzos e todos por quarenta e oito mil reis. 48\$000 F. 45

Cincoenta e seis metros e um décimetro (25 e ½ braças) de terras citas no Ribeirão que forao compradas a Antonio Doberto, fazendo frente na estrada Publica e fundos ao campo com nove centas braças, estremando pelo Leste com terras de Delfina Roza e pelo lado Oeste, com terras de José Gonçalves Lopes, que acharão valer a quarenta mil reis a braça por que o dito terreno abre para os fundos a terminar em noventa braças nos fundos, e todo pela quantia de um conto e vinte mil reis. 1: 020\$000 F. 46

Huma morada de cazas coberta de telhas de fronte de tijollos com quatro janellas na frente cita nas mesmas terras a sima descriptas, assinada e necessitando de concertos, que acharão valer aquantia de trezentos e cincoenta mil reis. 350\$000 F. 46

Setenta e nove metros e dois décimetros (36 braças) de terras cita no Ribeirão, compradas a Manoel Cabral confrente na estrada publica e fundos ao campo, estremando pelo Leste com terras de Delfino Martins Linhares e pelo lado do Oeste com terras do inventariado João Antonio da Silva foi descripta e avaliadas em numero dezecete, que acharão valer cada braça trinta e seis mil reis, abrindo as destas terras para o fundo como aquellas, e todos por um conto duzentos e noventa e seis mil reis. 1: 296\$000 F. 46

Trinta e nove metros e seis décimetros (18 braças) de terras no lugar de nominado saquinho do Pântano do Sul comprados a Antonio (?) confrente no Castão, fundos no travessão da Caieira, estremando pelo lado do Sul com Francisco Bento e pelo lado do Norte com o triangulo de terras de jacintho Nunis, que acharão valer a mil reis a braça, e todas por dezoito mil reis. 18\$000 F. 46

Mil trezentos e vinte metros (600 braças) de terras defrente na fazenda rещacada confrente, onde lhe pertence, que sai as terras de Manoel de Souza , José (?) de Aguiar e outros, confundos as terreriças com seis centas braças (são em quatro) confrontando pelos lados com valor ahi existente e com quem de direito for, que acharão valer todo este terreno um conto e quinhentos mil reis. 1: 500\$000 F. 46

Uma morada de casas na fazenda da rещacada coberta de telhas e de porta e janella, pequena aqual não é nova que acharão valer aquantia de cincoenta mil reis 50\$000 F. 46

Quatro centos e noventa e dois decímetros (186 braças) de terras de frente no lugar denominado Pântano do Sul, comfrente aos moradores de dentro, efundos a Lagoinha estremando pelo lado do Norte com terras de Manoel machado, e pelo lado do Sul, com as terras de Antonio José de Santa Anna, que acharão valer cada braça a dez mil reis, e todas por um conto oito centos e sessenta mil reis. 1: 860\$000 F. 47

Huma morada de caza do mesmo citio do Pântano do Sul, coberta de telha, camparedes de pedra e cal e com quatro janellas defrente e com entrada ao lado, que acharão valer trezentos mil reis. 300\$000 F. 47

Huma caza de engenho no mesmo citio com a metade coberta de telha, coutra metade coberta de palha, eque tem dentro a roda do Engenho muito danificada, que acharão valer dezeceis mil reis. 16\$000 F. 47

Duzentos e noventa e quatro metros e oito decímetros (134 braças) de terras de frente no citio do Rio Tavares, districto da Freguesia da Lagoa, sendo duzentos e vinte metros fazendo frente em terras dos herdeiros Capitão Francisco José Lourença.....que acharão valer quinhentos e trinta e seis mil reis. 536\$000 F. 47

Huma varanda coberta de telha no dito citio do Rio Tavares, sendo os lados paredes de pedras e na frente efundos pau a pique que acharão valer cincoenta mil reis 50\$00 F. 47

Hum triangulo de pasto no Rio Tavares, comfrente nos terrenos do Capitão Francisco José Lourenço efundos a ponte de Thomé Pereira estremando pelo lado do Norte com terras de Joaquim de Medeiros, e pelo lado do Sul com a Estrada Publica, que acharão valer aquantia de duzentos e cincoenta mil reis 250\$000 F. 48

Semoventes Escravos

1- Joaquim de nação com sessenta annos de idade, solteiro que acharão valer duzentos mil reis. 200\$000 F. 48

2- Sebastião com sessenta e cinco annos, africano solteiro adoentado, que acharão valer aquantia de cem mil reis. 100\$000 F. 48

3- Jose, crioulo, com nove annos de idade, sem officio, que acharão valer seis centos mil reis. 600\$000 F. 48

4- Manoel, bahinha, com quarenta e oito annos de idade, crioulo solteiro, lavrador que acharão valer trezentos mil reis, filho da Bahia. 300\$000 F. 48

5- Geronimo, crioulo, de quarenta e três annos de idade solteiro sofrendo de relmatismo que acharão valer oito centos mil reis. 800\$000 F. 48

- 6- Gonzaga, tem vinte e dois annos, solteiro, pardo e lavrador, sadio que foi avaliado por um conto de reis. 1: 000\$000 F. 48
- 7- Julio, pardo, de dezenove annos, solteiro, lavrador, dente de ma forma e quebrado das cadeiras que acharão valer nove centos mil reis. 900\$000 F. 48
- 8- Antonio, pardo, com 17 annos de idade, solteiro lavrador, saudável, que acharão valer aquantia de nove centos e cincoenta mil reis. 950\$000 F. 48
- 9- José Cabral, com dez annos de idade, que acharão valer quatro centos e cincoenta mil reis. 450\$000 F. 48
- 10- Hum escravo de nome Israel pardo de vinte e três annos de idade, solteiro, lavrador quebrado da verilha do lado esquerdo, e rendido do umbigo, que acharão valer aquantia de sete centos mil reis. 700\$000 F. 49
- 11- Adão, crioulo de oito annos de idade, que acharão valer aquantia de quinhentos mil reis. 500\$000 F. 49
- 12- Jorge, affricano, com sessenta annos, que tem os dedos da mão esquerda aleijados, que acharão valer duzentos mil reis. 200\$000 F. 50
- 13- Domingos, crioulo, com cincoenta e cinco annos, duente dos pés e das mãos, que acharão valer aquantia de cincoenta mil reis. 50\$00 F. 50
- 14- João africano, com sessenta e cinco annos solteiro, quebrado da verilha, duentio que acharão em vista de seu estado de surdez e de (?), não ter valor algum.
- 15- Thomaz, crioulo de quarenta e cinco annos de idade, solteiro, lavrador, sadio que acharão valer aquantia de quinhentos e cincoenta mil reis. 550\$000 F. 50
- 16- Iguacice, crioula, de quarenta annos de idade, solteira com dois filhos de ventre livre, de nomes, Manoel de quatro annos e joanna de dois annos, que acharão valer a tento a sofrer de relmatismo aquantia de trezentos e cincoenta mil reis. 350\$000 F. 50
- 17- Maria, crioula, vinte e três annos de idade, solteira, serviço domestico, com uma filha de ventre livre de nome Isabel com oito meses de idade que acharão valer aquantia de quinhentos e cincoenta mil reis. 550\$000 F. 50
- 18- Thereza, crioula de doze annos de idade, sem profissão, sarnenta e no braço esquerdo com (?) que acharão valer atento a seu estado de moléstia de pelle aquantia de trezentos mil reis. 300\$000 F. 50
- 19- Eva, com oito annos de idade, crioula, doentia que acharão valer aquantia de duzentos mil reis. 200\$000 F. 50

20- Felisarda, parda, com trinta e cinco annos de idade, serviço domestico, com duas filhas de ventre livre sendo Julia que tem quatro annos incompletos e Ednviges com três meses de idade, sofrendo do amque acharão valer quatro centos e cincoenta mil reis. 550\$000 F. 50

21- Caetana, parda de vinte annos paucomais ou menos solteira, do serviço domestico, sadia, que acharão valer aquantia de seis centos digo quinhentos e cincoenta mil reis. 550\$000 F. 50

22- Thomazia, parda, com treze annos incompletos, solteira, do serviço domestico que acharão valer aquantia de seis centos mil reis. 600\$000 F. 50

Roças

1- Uma roça de cana para desmanchar (?) que avaliarão por cento e vinte mil reis. 120\$000 F. 55

2- Uma roça de mandioca velha que avaliarão por cem mil reis. 100\$000 F. 55

3- Uma dita mais pequena velha por sessenta mil reis 60\$000 F. 55

4- Huma roça de mandiocas novas que avaliarão por quarenta mil reis por (?) de limpa. 40\$000 F. 55

5- Huma roça de feijão e canas que avaliarão por vinte e cinco mil reis 25\$000 F. 55

6- Huma roça pequena de canas no lugar denominado barreiros que avaliarão por dezeceis mil reis por faltar capricho. 16\$000 F. 55

Termode exhibição de pecúlio

E logo em seguida ao mesmo acto das avaliações dos escravos do extinto casal de João Antonio da Silva em virtude do despacho (?), exhibio em juízo o escravo Manoel Bahia de quarenta e oito annos de idade aquantia de tresentos mil reis de sua avaliação para obter sua carta de liberdade, cuja quantia recebeu a inventariante D. Maria Antonia de Campos Da que para consta lavrei este termo que assignou. F. 60

Carta de libertação

Dis Felizarda de 35 anos de idade, escrava do expolio do finado João Antonio da Silva que tendo hoje sido avaliada pela quantia de quatro centos e cincoenta mil reis no inventario a que por este juiso se esta procedendo, quer por isso usar do direito que lhe concede a lei de 28 de Setembro de 1871 exhibindo em mãos do inventariante a quantia de sua avaliação para libertar-se por tanto.

Ribeirão 13 de Março de 1879
Folha 61

Dis Caetana, parda de 20 anos de idade, escrava do expolio do finado João Antonio da Silva que tendo hoje sido avaliada pela quantia de quatro centos e cincoenta mil reis no inventario a que por este juiso se esta procedendo, quer por isso usar do direito que lhe concede a lei de 28 de Setembro de 1871 exhibindo em mãos do inventariante a quantia de sua avaliação para libertar-se por tanto. Folha 62

Bens immoveis

1- Trinta e três braças de terras cita na Freguesia do Ribeirão, fazendo frente a Rua de sima com os fundos que devidamente lhes pertence confrontando pelo lado do Norte com José Vieira Cordeiro e pelo lado do Sul, com as terrenos do inventariado os quais acharão valer cada braça a quinze mil reis e todas importarem em quatro centos e noventa e cinco mil reis. 495\$000 F. 63

2- Vinte braças de terras de frente na mesma freguesia do Ribeirão fazendo frente, nos fundos do cemitério Publico, com os fundos que diretamente lhe pertencem, confrontando pelo lado do Norte e Sul, com terrenos do inventariado os quais acharão valer cada braça a oito mil reis, e todas por cento e sessenta mil reis. 160\$000 F. 63

3- Vinte braças de terras defrente na mesma Freguesia do Ribeirão fazendo frente a Rua de sima com os fundos que diretamente lhe pertencem confrontando tanto pelo Sul como pelo Norte com terrenos do inventariado que acharão valer cada braça a quinze mil reis e todas por trezentos mil reis. 300\$000 F. 64

4- Cincoenta braças de terras na mesma Freguesia do Ribeirão fazendo frente no travessão (?) em terras do herdeiro Joaquim Martins Baptista e de (?) Antonio de Sanzao confrontando pelo Norte com terras do inventariado e pelo Sul, com as de Marcolino Justo da Silveira que acharão valer cada braça a sete mil reis e todas por tresentos e cincoenta mil reis. 350\$000 F. 64

5- Huma morada de cazas, cita na dita Freguesia do Ribeirão com duas portas e três janellas defrente com diversas casinhas nos fundos, e uma casa de rancho coberta de telhas, junto a mesma caza, a qual necessita de concertos, que acharão valer tudo aquantia de um conto e quatro centos mil reis. 1: 400\$000 F. 64

6- Huma pequena caza coberta de telhas que acharão valer trinta mil reis. 30\$000 F. 64

7- Huma caza de rancho cita na mesma Freguesia, cita no porto de Manoel (?) que acharão valer aquantia de cento e sessenta mil reis por precisar de reparos. 160\$000 F. 64

8- Huma caza de paiol, já velha no porto do contrato que acharão valer sessenta mil reis. 60\$000 F. 64

Canoas

1- Huma canoa grande de quatro remos de voga, denominada Espírito Santo em bom estado e muito usada que acharão valer aquantia de trezentos e cincoenta mil reis 350\$000 F. 65

2- Huma outra canoa e dois remos de voga, de gapairivu nova que acharão valer aquantia de cento e cincoenta mil reis. 150\$000 F. 65

3- Uma outra canoa velha de figueira em mau estado que acharão valer dez mil reis 10\$000

4- Huma canoa velha bordada conhecida por garopa que acharão valer vinte mil reis. 20\$000

5- Huma canoa bordada, em bom estado conhecida por (?) que avaliarão por cincoenta mil reis 50\$000 F. 65

6- Huma outra canoa em estado regular conhecida por Canella que acharão valer aquantia de vinte e cinco mil reis. 25\$000 F. 65

7- Huma outra canoa de borda liza nova de gacorabré que avaliarão por trinta mil reis. 30\$000

8- Huma outra canoa de borda liza em mau estado, que acharão valer seis mil reis. 6\$000 F. 65

9- Huma lancha baleeira com todos os seus pertences em bom estado que acharão valer duzentos mil reis. 200\$000 F. 65

Na folha 73 o que tudo indica é uma relação de contas. Nela a inventariante faz pagamentos das dividas ocorridas com os autos do processo. Há também o numero final das avaliações feitas ate aqui. Pg 10 do rascunho.

TERMO DE DECLARACAO DA VIUVA INVENTARIANTE POR (?) PROCURADOR
AO DIANTE ASSIGNADO F. 86

Ao dia primeiro de julho de mil e oito centos e setenta e oito nesta cidade do Desterro em meu cartório compareceu o procurador da viúva inventariante o Advogado Manoel Jose d'Oliveira, e por elle me foi dito que a sua constituinte tinha em seu poder as quantias seguintes.

(?) quatro contos sete centos e setenta e oito mil reis, que lhe foi entregue pelo exprocurador do inventariado o herdeiro Ignacio Antonio da Silva.

A de quatro contos trinta e um mil reis, dinheiro que existia por occasiao do fallecimento do inventariado, sendo três contos de reis em ouro e um conto e trinta e um mil reis em prata;

A de quarenta e cinco mil reis que recebeu do devedor Daniel Leopoldino.

A de quinhentos e quinze mil reis que recebeu de Jose Victor.

A de vinte e dois mil reis e sete centos reis que recebeu de João Damazio.

A de trezentos e nove mil reis recebido do devedor João Lopes.

A de seis centos e trinta e nove mil reis recebido do major Antonio Lopes da Silva.

A de quinhentos e quinze mil reis recebido do Dr Joaquim Augusto do Livramento.

A de nove mil reis recebido de Vicente Alberto.

A de um conto de reis recebido de Antonio Delfino dos Santos.

A de dezoito mil reis recebido de Manoel Antonio da Cunha.

A de vinte mil reis recebido de Ignácio Vieira.

A de cento e quatorze mil reis recebido de Idalino Vieira Cordeiro.

A de cento e vinte e quatro mil reis recebido de Zeferino Antonio Teixeira.

A de sessenta e um mil duzentos e cinquenta reis recebido de Francisco Antonio Vieira.

A de trinta e três mil reis recebido de Marcelino Dutra.

A de vinte e cinco mil e seis centos reis recebido de Manoel Serafim.

A de cento e vinte e quatro mil reis recebido de Ignacia Vieira.

A de cento e setenta mil reis que foi recebido de principal e juros de João Caetano da Costa.

12: 565\$450

Segue na folha 87 alguns pagamentos:

1: 000\$000 ao advogado

1: 030\$000 proveniente ao tratamento medico ministrado ao finado João Antonio da Silva.

1: 404\$410 proveniente ao custo dos avaliadores e outras constantes destes.

TERMO DE DECLARAÇÃO DAS DIVIDAS ACTIVAS

E logo em seguida ao termo (?) foi pelo procurador da inventariante dito e declarado que ao extinto casal inventariado são devedores as seguintes pessoas:

Marcelino Fereira de Aguiar aquantia de quinhentos mil reis vencendo o premio de um por cento ao mez como consta do credito passado a vinte e nove de Abril de 1874 estando os premios pagos a the vinte e nove de Abril 1877. 500\$000 F. 87

Ignácio Barbosa aquantia de cinquenta mil reis, como consta do credito passado a 15 de Abril de 1876 vencendo o premio de um por cento ao mez, tendo dado por conta aquantia de oito mil reis. F. 87

De Francisco Albino em 14 de Novembro de 1872 vencendo o premio de dois por cento da quantia de cem mil reis, porem desta quantia so resta a the 16 de Outubro de 1877 aquantia de noventa e seis mil cento e cessenta reis. 96\$160 F. 88

José Thamaz em primeiro de Fevereiro de 1871 vencendo em um por cento ao mez, duzentos mil reis tem pago o premio a primeiro de Fevereiro, digo a the primeiro de Novembro de 1877.

José Antonio de Souza em 24 de Novembro de 1876 vencendo um por cento ao mez, cento e cinquenta mil reis, deu por sua conta dez mil e quinhentos reis. 10\$500 F. 88

Francisco Vieira de Aguiar, trinta e seis mil reis em 15 de Dezembro de 1876 vencendo um e meio por cento ao mez.

Manoel Antonio Pereira, aquantia de um conto e duzentos mil reis em primeiro de Novembro de 1872, vencendo o premio de um por cento ao mez tem dado por conta a quantia de quinhentos e trinta e oito mil reis por conta dos juros.

Nas paginas 15, 16, 17, 18 e 19 do rascunho encontram-se mais 26 nomes de devedores. Falta transcrever ainda as folhas do inventario nº 91 até a 99 ainda é a lista de empréstimos a juros.

TERMO DE DECLARAÇÃO DAS DIVIDAS PASSIVAS

E logo em seguida ao termo (?) foi pelo procurador da inventariante dito e declarado que o inventariado ficou a dever a deverças o seguinte:

A Eduardo Salles, aquantia de oitenta mil reis. 80\$000 F. 99

A Manoel João de Oliveira, aquantia de vinte mil reis, cuja quantia se deverá habater nessa que é devedor ao monte. 20\$000 F, 99

A Serafim Gonçalves de Aguiar a importância de barriz vazios para mellado que entregou ao inventariado no valor de cento e dez mil e quinhentos reis, cuja quantia deve habater na que é devedor ao monte. F. 99 110\$500

A João Ignácio da Silva aquantia de oito mil reis e mais dezoito telhoes por seis mil reis. Tudo importa em quatorze mil reis cuja quantia deve ser habatida na que é devedor ao monte.

TERMO DE DESCRIÇÃO DAS TERRAS DE LAVOURA FEITAS NAS TERRAS INVENTARIADAS QUE RECEBEU A INVENTARIANTE DEPOIS DA MORTE DO INVENTARIADO.

E logo em seguida declarou o dito procurador da inventariante que sua constituente recebeu das terras declaradas o seguinte.

De Feliciano Luiz, treze alqueires de farinha a dois mil e quinhentos cada um, que importão em trinta e dois e quinhentos mil reis. 32\$500 F. 100

De Manoel Feliciano e João Venâncio sete alqueires de farinha a dois mil e quinhentos reis cada um, que importa em dezecete mil e quinhentos reis. 17\$500 F. 100

De Manoel Antonio do nascimento três alqueires de farinha a dois mil e quinhentos reis cada um, que importa em sete mil e quinhentos reis 7\$500 F. 100

De Manoel Duarte, três alqueires de feijão, a cinco mil reis cada um, que importa em quinze mil reis. 15\$000

De Agostinho José Mariano, quatro alqueires de feijão a cinco mil reis, que importa em vinte mil reis cujas quantias e com os alugueis das cazas nesta cidade tem feito aplicação para o sustento e vestuário da família e escravos empregados nas capinações das roças e pastoreio dos gados afim de concervalas. Declarou mais que ainda que não recebeu os terços dos mais trabalhadores em terras do monte inventariado.

Folha 105 – Descrição de gastos feitos pelo medico ao tratamento de João Antonio da Silva. Entre outros esta uma viagem feita ao Ribeirão. Total de gastos 1: 030\$000

Folha 106 – Despesas com Pharmacia Luiz Hesno. Total 6: 087\$840

Na folha 129 encontra-se uma transação de compra e venda do escravo Thomaz crioulo de 45 anos de idade. Este esta sendo comprado por João Antonio da Silva e vendido por José Gonçalves de Aguiar ambos residentes na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. Valor 900\$000

Na folha 131 é igual a 129. trata-se da escrava thomazia de 12 anos. Obs: consta no texto a matriculo da escrava.

Fontes Consultadas

Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis – AFMF.

1ª Vara de Família – caixa do ano de 1878.

Biblioteca pública do Estado Santa Catarina – BPESC.

Jornal “O Conservador” – 1850 a 1880

Jornal “O Abolicionista” – 1884

Jornal “A regeneração” – 1870-1880.

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina.

Certidão de Óbito de João Antônio da Silva.

Cartório do Ribeirão da Ilha.

Matrícula da Ribeirão 1843.

Registros de batismos livros nº 1, 2 e 3

Bibliografia

AMARAL, C. Tamelusa. **Da grandeza do fato à miudeza do ato:** os significados da prática da alforria em Desterro (1870-1888). Trabalho de Conclusão de Curso de História UDESC 2003.

BARICKMAN, J. B. **Um Contra Ponto Baiano:** açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo baiano, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os açorianos.** Florianópolis Imprensa Oficial, 1951.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis:** relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000. 207p.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis :** aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Ed. Nacional, 1960. 286p.

CARDOSO, Paulino. *“Nem tudo era açoriano: algumas experiências de populações de origem africana na ilha de Santa Catarina no século XIX”*. In: **A Ilha de Santa Catarina:** espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. 1v.

CASTRO, Hebe. M. Mattos. **Ao sul da história.** Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense. 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (1a. reimpressão 1998) 287p.

DALLABRIDA, Norberto. **A Historiografia catarinense e a obra de Américo Costa Souto**. In; Revista Catarinense de Historia. Nº 4. Florianópolis. Ed. Insular. 1996.

FRAGOSO, J., RIOS, A. **Um empresário brasileiro no oitocentos**. In: CASTRO, H., SCHNOOR, E. (Orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 197-224, 1995.

FRAGOSO ,João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto** : mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4.ed. rev. ampl Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREITAS, Patricia de; SERPA, Élio Cantalício. **Margem da palavra, silêncio do numero : o negro na historiografia de Santa Catarina**. 1997. 154f. Dissertação (Mestrado) – UFSC.

HUBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

LARA, S. H. **Escravidão no Brasil: Um Balanço Historiográfico**. In: Revista de História – LPH. São Paulo. N. 1, V. 3. 1992.

LEANDRO, José Augusto. **Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá - 1850-1888**. Florianópolis, 2003. 338 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka B. (org). **Negros no sul do Brasil**. Florianópolis, Letras contemporâneas, 1996.

LUZ, Sergio Ribeiro da. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população : 1810-1930**. 1994. 257f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

MACEDO, B. Lisandra. **AIYÉORUN – Um mundo além**: Culturas africanas em Desterro nas décadas da abolição. Trabalho de Conclusão de Curso de História - UDESC 2003.

MACHADO, M. H. P.T. **Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. Nº 16, V.8, 1988.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, Liberdade e os Arranjos de Trabalho na Ilha de Santa Catarina nas Últimas Décadas de Escravidão (1850-1888)**. Florianópolis, 2005. 137f. Dissertação (Mestrado) – UFSC.

PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale. **Ribeirão da Ilha**: vida e retratos: um distrito em destaque. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991. 502p.

PIAZZA, Walter F. **A escravidão negra numa província periférica**. Florianópolis: Garapuvu, 1999. 142p

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua historia**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983. 748p.

PIAZZA, Walter F.(Walter Fernando). **A mandioca e a sua farinha : aspectos culturais na ilha de Santa Catarina..** 1956. 40p

PIAZZA, Walter F.(Walter Fernando). **Dicionário político catarinense.** 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Sa, 1994. 871p.

PRADO JUNIOR, Caio. **Historia econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1985. 364p

REIS, João Jose; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 151p

REIS, João Jose; GOMES, Flavio dos Santos. **Liberdade por um fio :** historia dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 2a. reimpressão, 2000. 509p.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Tráfico interprovincial e comerciantes de escravos em Desterro, 1849-1888.** Florianópolis, 2006. 171f. Dissertação (Mestrado) – UFSC.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 474p.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha.** Florianópolis: Lunardelli, 1985 (1900).

ZIMMERMAN. Fernanda & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX.** Relatório Final PIBIC CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.